SENADO FEDERAL

RACISMO EM PAUTA

VOL. 3

SENADO FEDERAL

Mesa Diretora

Biênio 2025/2026

PRESIDENTE

Senador Davi Alcolumbre – AP

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes – TO

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa – PE

1ª SECRETÁRIA

Senadora Daniella Ribeiro – PB

2º SECRETÁRIO

Senador Confúcio Moura – RO

3ª SECRETÁRIA

Senadora Ana Paula Lobato – MA

4º SECRETÁRIO

Senador Laércio Oliveira – SE

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Suplente Senador Chico Rodrigues – RR
2ª Suplente Senadora Roberta Acioly – RR
3º Suplente Senador Styvenson Valentim – RN
4ª Suplente Senadora Soraya Thronicke – MS

DIRETORA-GERAL

Ilana Trombka

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Danilo Augusto Barboza de Aguiar

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

COORDENADORA

Stella Maria Vaz Valadares Chervenski

EQUIPE TÉCNICA

Antonia Ladyjane Nascimento da Silva
Christian Caetano de Lima
Deiziane Vieira Costa
Iasminy Fernandes Silva
Julia Simões dos Santos
Letícia Fernanda de Oliveira Custódio
Ludmila Neves Barbosa da Silva
Maria Luiza dos Santos Bernardes
Marleide Bispo Rodrigues
Stella Maria Vaz Valadares Chervenski

GRUPO DE TRABALHO DE AFINIDADE DE RAÇA DO SENADO FEDERAL

COORDENADOR

Devair Sebastião Nunes



SUMÁRIO

Consciência Negra e a reflexão sobre a luta pela igualdade 7
Racismo ambiental: uma catástrofe sobreposta a outra 9
É preciso buscar o fim da intolerância religiosa 11
Por todas as lutas, por todas as mulheres 13
A superação do racismo passa pelo bem viver das mulheres negras 15
No Dia dos Povos Indígenas, uma reflexão se há vidas mais úteis que outras 18
Racismo entre crianças exige ação de pais e educadores 21
É hora de renovar a lei de cotas nos concursos públicos 24
Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova, era negro e gay 27
A importância da educação antirracista nas forças policiais 29
Esporte contra o racismo 31
A importância de outras racionalidades para o mundo 33
Quem não tem teto de vidro que atire a primeira pedra 36
21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher 39
Para celebrar o 20 de novembro, feriado nacional 42
Para não dizer que não falei das Borboletas 45
Carolina Maria de Jesus: uma mulher de múltiplo letramento 48
Programa de Liderança para Mulheres Negras 51
Pequenos e tolerados atos discriminatórios 54
Racismo e xenofobia são faces de uma mesma moeda 56
111 anos de Abdias Nascimento 59
O centenário de Mãe Stella de Oxóssi 62
E o olhar inquietante chegou aos palcos... 64
14 de maio: a Lei Áurea inacabada 67
O racismo que sobrevive nas palavras 70
Preciso me encontrar: um caminho entre memória e liberdade 73
As joias das mulheres negras no protagonismo da luta pela liberdade . 76
'Um Defeito de Cor': leitura que atravessa gerações, corpos e consciências 78

A sabedoria das plantas que curam 80
Lei Afonso Arinos: o começo das leis antirracistas 82
Mary Kenner: negra e inventora do absorvente higiênico feminino 85
Uma história negra no pilates 88
Agojie: força e legado das guerreiras do Daomé 90
Comitê de Equidade celebra Dia do Poeta com versos sobre a força de ser quem somos 92
Dez ações que pessoas brancas podem fazer para diminuir o racismo . 94
Por que milito na causa negra 99
"Ponha-se no seu lugar!" 101

Consciência Negra e a reflexão sobre a luta pela igualdade



No final de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.759, que declara o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra como feriado em todo o país. A celebração é feita em 20 de novembro, data que remete à morte do líder do Quilombo dos Palmares, um dos maiores do Brasil durante o período colonial. O local foi um símbolo de resistência contra a escravização negra no país.

Antes da sanção, a data era feriado apenas em seis estados - Mato Grosso, Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Amapá e São Paulo - e em mais de 1,2 mil cidades por meio de leis municipais e estaduais. Agora em 2024, o feriado vale em todo o território nacional. Em 2011, a então presidente Dilma Rousseff já havia oficializado o 20 de novembro como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

O debate relacionado ao Dia da Consciência Negra surgiu no Rio Grande do Sul, na década de 1970, em meio a militantes - universitários como o poeta Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Ilmo da Silva e Antônio Carlos Côrtes - que não consideravam a data 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura, como um marco simbólico da resistência e luta contra o racismo no país.

O quilombo dos Palmares fica localizado na Serra da Barriga, município de União dos Palmares, no Estado de Alagoas. A área foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim como muitos espaços históricos no Brasil, a Serra da Barriga precisa de investimentos para sua preservação, mobilidade turística e econômica.

O mesmo acontece com o Cais do Valongo. Localizado no município do Rio de Janeiro, o local é considerado o único vestígio material do sequestro dos povos africanos para as Américas. Em 2017, o cais recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO.

Celebrar o mês da Consciência Negra resulta na reflexão sobre a necessidade de assegurar continuamente a implantação de políticas públicas raciais integradas, que resultem no desenvolvimento de toda a população brasileira, combatendo o racismo e as desigualdades.

Dados alarmantes

O Atlas da Violência de 2021 denuncia que, em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídio no Brasil. De acordo com o estudo, o risco de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior ao de uma pessoa não negra. Adicionalmente, mesmo com a lei de cotas, os negros são minoria no serviço público federal e ocupam apenas 27% de cargos com ensino superior. Segundo o Ipea, o salário médio para negros com diploma de graduação corresponde a 78% da remuneração paga aos brancos no Executivo federal.

Representatividade

A jornada no combate ao racismo vem de longe, mas ainda temos muito o que caminhar. Muito foi conquistado para a promoção da igualdade racial e um dos maiores avanços foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de 2010. A legislação abrange políticas raciais para diversas áreas da sociedade, como o direito à saúde; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos.

O Estatuto também prevê o acesso à terra e à moradia adequada; o direito ao trabalho e aos meios de comunicação; a criação de ouvidorias permanentes; o acesso à justiça e à segurança; e o financiamento das iniciativas de promoção da igualdade racial. Marcus Garvey já dizia: “Um povo sem conhecimento de sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes”. Vamos valorizar e garantir a luta dos nossos movimentos negros, as nossas grandes árvores. Que fortaleçamos a Consciência Negra diariamente. Vamos refletir e praticar um Brasil sem racismo. Axé e muito amor para todas e todos.

Artigo de Maria Isabel da Silva Sales, integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, assessora parlamentar, especialista em Direito Legislativo.

Matéria originalmente publicada em 19 de novembro de 2021 e replicada com conteúdo atualizado.

Disponível em: Consciência Negra e a reflexão sobre a luta pela igualdade — Senado Intranet

Racismo ambiental: uma catástrofe sobreposta a outra



Nos últimos dias, o conceito de racismo ambiental voltou ao debate público devido a uma publicação da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, em sua conta na rede social X (antigo Twitter), em referência às enchentes na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O termo foi cunhado na década de 1980 por Benjamin Franklin Chavis Jr, um ativista do movimento negro estadunidense, com o objetivo de protestar contra o despejo de resíduos tóxicos em locais de moradia da população negra no estado da Carolina do Norte (EUA). Tal conceito se ampliou ao longo do tempo, sendo revisitado por diversos autores, com o intuito de definir a maneira como a desigualdade socioambiental afeta principalmente as camadas de minorias étnico-raciais, como pessoas negras e indígenas.

O agravamento das mudanças climáticas ocasionado pela ação dos seres humanos é algo que afeta a população como um todo. Entretanto, as consequências dessas mudanças são mais devastadoras para aquelas pessoas que se encontram em áreas mais vulneráveis, ou seja, áreas de periferia, com pouca infraestrutura, sem saneamento básico, com despejos inadequados de resíduos e poluição. Esses grupos são majoritariamente representados por negros e indígenas. Negligenciadas historicamente pelo poder público, essas pessoas são alvo do racismo ambiental, que envolve o racismo estrutural e institucional agravados, nesse caso, pelas catástrofes climáticas.

Problemas ambientais tais como alagamentos, deslizamentos de terra, secas extremas, queimadas, entre outros, são ainda mais severos para as populações

que não dispõem de recursos financeiros, tampouco de auxílio governamental, para manejar as crises advindas dessas circunstâncias. Para além desses e de outros problemas provenientes do meio ambiente em colapso, há que se observar também alguns problemas ambientalmente impactantes que são mais diretamente orquestrados por mãos humanas, tais como a construção de usinas hidrelétricas em comunidades indígenas, o garimpo e a expansão da fronteira agrícola (que afeta, por exemplo, o território Kalunga, maior quilombo do país em extensão e que resiste continuamente em defesa do Cerrado).

No curta *Mudanças: Território Kalunga*, do Observatório do Clima, a líder da comunidade Kalunga Tinguizal, Maria Helena "Tuya" Kalunga, narra o processo de escassez de chuvas, que afeta diretamente a plantação e o cultivo de alimentos de subsistência para a comunidade. Como mostra o curta, há evidências que apontam a agropecuária como uma das principais atividades que contribuem para o desmatamento do Cerrado e de outros biomas ao seu redor, diminuindo a incidência de chuvas e, consequentemente, reduzindo a qualidade de vida das populações ali presentes.

As comunidades indígenas e quilombolas são as que mais defendem e resguardam o meio ambiente, a despeito de ameaças de diversos setores. O desastre ambiental é impulsionado pela tentativa constante de aniquilação desses povos, que são frequentemente ignorados pelos poderes públicos e destituídos de seus direitos. São pessoas negras e indígenas que, na maioria dos cenários, sentem as consequências mais diretas da degradação do planeta Terra. Por outro lado, uma minoria de pessoas se enriquece às custas da exploração ambiental e racial, ao mesmo tempo que se esforça para se proteger dos efeitos das mudanças no clima.

Nesse sentido, o racismo ambiental vai ao encontro do racismo institucional, privilegiando setores de camadas mais abastadas da população. A concentração de renda, aliada ao quase nulo investimento público em melhoria de bairros periféricos, relega as pessoas negras e indígenas a moradias precárias, destituídas de boa infraestrutura, de lazer e de acessibilidade. Assim sendo, é evidente que a justiça ambiental deve caminhar emparelhada com a justiça racial para que possamos alcançar a completa erradicação do racismo ambiental.

Artigo de Gerciena Barbosa, integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e estudante de sociologia.

Disponível em: Racismo ambiental: uma catástrofe sobreposta a outra — Senado Intranet

É preciso buscar o fim da intolerância religiosa



Durante a vigência da Constituição do Império de 1824, o Estado brasileiro era oficialmente católico. O art. 5ª daquela Constituição determinava que "a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo". Já o § 5º do art. 179 estabelecia que "ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a moral pública."

Aquela forma de legislar, embora tenha ares de inclusiva – "ninguém pode ser perseguido por motivo de religião" –, abria brechas para outras interpretações. Ou seja, outras religiões eram toleradas desde que não se ofendesse a moral pública. Bastava que alguma pessoa apresentasse queixa para que a polícia tivesse liberdade para fechar e prender os praticantes de outras religiões, geralmente negros.

Os negros se viam impedidos de professar sua fé em público – o Estado lhes embaraçava o direito da fé. Esse embaraço acontece até hoje, ainda que agora a Constituição tenha outra letra, e não haja apoio oficial das polícias. Devido às perseguições sofridas, muitos dos locais de culto das religiões de matriz africana se fixaram nas periferias das cidades, na zona rural, longe dos centros urbanos, como mostra o site Brasilidade Negra. Quando esses locais aparecem mais próximos dos centros das cidades, acabam sofrendo violências diversas, como mostram as notícias recentes:

- No DF, intolerância religiosa aumentou 55% no ano passado em relação a 2022
- Capitão da PM é agredido durante festa de Iemanjá em praia de Natal
- Terreiro é invadido 10 vezes e babalorixá denuncia racismo religioso: 'Fomos perseguidos'
- Após novo caso de intolerância, religiões de matriz africana fazem ato no DF
- Intolerância religiosa ainda é desafio à convivência democrática.

Todavia há esperança. Ela reside dentro de cada um de nós. Nossa Constituição atual estabelece a laicidade do Estado. O art. 19 diz que "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".

A sociedade brasileira tem se mostrado mais tolerante com judeus, budistas e hare krishna, por exemplo. A mesma tolerância ainda precisa ser demonstrada com as religiões de matriz africana. Vamos seguir os mandamentos da Constituição Federal e deixar de embaraçar-lhes a prática religiosa. Vamos deixar, também, de demonizar as religiões de matriz africana, de fazer comentários depreciativos e inadequados tais como macumbeiro e feitiçaria. Se não conhecemos a religião do outro, não vamos colocar sobre elas a nossa visão de mundo. Certamente estaremos cometendo um terrível equívoco que no final poderá custar vidas humanas.

Artigo de Devair Sebastião Nunes, chefe do Serviço de Apoio às Contratações de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/combate-a-intolerancia-religiosa

Por todas as lutas, por todas as mulheres



Efemérides são datas especiais que marcam conquistas, eventos e momentos significativos na história. Estas celebrações não apenas destacam as realizações, mas também servem como lembretes importantes de lutas que precisam ser contínuas, como é caso da luta pela igualdade de gênero.

Muito celebrado no mundo branco ocidental, o Dia Internacional das Mulheres relaciona-se a 8 de março de 1917, quando russas foram às ruas convocando uma greve geral que resultou no fim da autocracia no país. Num contexto de uma série de protestos e greves nos Estados Unidos e na Europa, pela concessão de direitos trabalhistas e eleitorais para as mulheres, a data foi reivindicada na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, em 1921, e reconhecida pela ONU em 1975.

Contudo, considerando nossa diversidade, é preciso destacar que outras conferências deram origem a efemérides distintas, que além de combater o machismo, dão visibilidade às mulheres submetidas a múltiplas opressões, como racismo, capacitismo, LGBTfobia, etarismo, gordofobia, xenofobia e classismo.

Lutando pela sobrevivência e liberdade, após séculos de violência e escravização, mulheres negras definiram 31 de julho como o Dia da Mulher Africana, durante a Conferência das Mulheres Africanas em 1962. Já 25 de julho de 1992, data do 1º encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, deu origem ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. A partir de 2014, o Brasil também transformou a data no Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Vivenciando uma realidade resultante da escravização e dizimação de seus povos, em 1983, durante a 2ª Reunião de Organizações e Movimentos das Américas, foi estabelecido o Dia Internacional da Mulher Indígena em 5 de setembro, homenageando Bartolina Sisa – uma mulher aimará que liderou, ao lado de seu companheiro Túpac Katari, uma rebelião anticolonial e foi assassinada na mesma data nos anos de 1780.

Num contexto brasileiro de heterossexualidade compulsória e crime de "estupros corretivos", entre outras violências, o Dia da Visibilidade Lésbica foi criado em 29 de agosto de 1996, durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas. Já em 29 de janeiro de 2004, Fernanda Benvenutty, Kátia Tapety e Keila Simpson lideraram um grupo de ativistas trans em visita ao Congresso Nacional do Brasil para lançar a campanha "Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos", em parceria com o Ministério da Saúde, dando origem ao Dia da Visibilidade Trans, comemorado pela 20ª vez em 2024.

Outras datas ainda podem ser estabelecidas para que mulheres com deficiência, idosas, gordas, pobres e de diferentes regiões e etnias possam ter sua individualidade valorizada e respeitada. Mas é com foco na inclusão da diversidade da experiência humana – construindo ambientes nos quais toda necessidade de acolhimento, de cuidado adequado e ético seja atendida – que alcançaremos uma sociedade onde ter uma vida livre de violências e discriminações seja, de fato, um direito de todas as mulheres, considerando toda a diversidade de ser mulher.

Artigo de Stella Maria Vaz Valadares, coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado (Coprig).

Disponível em: Por todas as lutas, por todas as mulheres — Senado Intranet

A superação do racismo passa pelo bem viver das mulheres negras



Que nós, mulheres negras, somos a maioria da população brasileira, todo mundo já sabe. Mas o que todo mundo insiste em não reconhecer é que essa população é diariamente atravessada pelo racismo estrutural, que se manifesta de diversas formas em nossa sociedade.

O racismo, conforme explica o autor e hoje ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual as pessoas pertençam.

Esse fenômeno constitui a estrutura da nossa sociedade, permeando as relações políticas, jurídicas e econômicas. Almeida observa, ainda, que “o racismo é estrutural e estruturante também às relações sociais e, portanto, à formação do(a) sujeito(a). Nesse sentido, indivíduos(as) são constrangidos(as) cotidianamente na própria dinâmica que vivem devido à sua raça”. O autor explica que essa dimensão estrutural é o que torna o racismo tão naturalizado na sociedade. É preciso, portanto, descontinuar essa ideia.

Para romper com o racismo, é importante que a sociedade, principalmente os gestores públicos e parlamentares, tenham olhar atento e urgente para as mulheres negras. Essa luta exige um debate sobre os padrões de relações sociais e de reprodução da vida. A luta antirracista liderada pelas mulheres negras

conquista um lugar singular, no qual as lutas sociais representam o processo de construção em que uma nova forma de existir no mundo passa, principalmente, pela experiência de ser mulher negra. E tudo o que isso representa em uma sociedade racista, patriarcal e cisheteronormativa.

Superar o racismo significa, também, colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento, tendo em vista que quando se diminuem as desigualdades, o país caminha rumo ao desenvolvimento, aumenta o PIB, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e melhora qualidade de vida de todas as pessoas. Nesse sentido, entendo que é fundamental o investimento em políticas públicas de reparação histórica e em favor do bem viver, considerando a reparação como uma forma de investir no desenvolvimento, superando as desigualdades e devolvendo à população negra o seu protagonismo, o seu lugar de fala e a sua dignidade.

Precisamos, enquanto ativistas, professores, estudantes, disputar as narrativas, movimentar as estruturas para chamar atenção para a nossa pauta. É dessa forma que os movimentos de mulheres negras no país estão convocando todas nós para participarem da 2ª Marcha pela Vida das Mulheres Negras, em 2025. A ideia é colocar 1 milhão de mulheres negras nas ruas de Brasília, marchando pelo fim do racismo, das violências e pelo bem viver, além de exigir reparação histórica.

A 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras aconteceu em 18 de novembro de 2015, também em Brasília. Na época, aproximadamente 100 mil mulheres uniram-se sob a temática “Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”. A expectativa é que, em 2025, dez anos após a primeira marcha, a mobilização seja ainda maior.

Vale destacar os pontos inegociáveis da pauta das mulheres negras:

- Assegurar às mulheres negras as políticas de seguridade social, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, assistência e previdência social;
- Erradicar o racismo institucional nas organizações públicas e privadas e em suas diferentes políticas, planos e programas de ação;
- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde;
- Ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à pessoa com Doença Falciforme para todo o território nacional, a partir de um conjunto de medidas, como o fomento a pesquisas e técnicas de atenção e assistência;
- Descriminalizar o aborto e garantir o atendimento ao Aborto Legal na rede pública, bem como os procedimentos de profilaxia às mulheres em situação de violência, incluindo também o acesso à pílula do dia seguinte;
- Assegurar a estruturação e o aparelhamento dos equipamentos de saúde

da rede pública, especialmente daqueles voltados para o atendimento à saúde da mulher, incluindo recursos humanos especializados e outros insumos necessários;

- Erradicar a mortalidade materna de mulheres negras, aprimorando as políticas em curso e incluindo o quesito cor na avaliação de risco;

- Implantar políticas de direitos sexuais e direitos reprodutivos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, garantindo o respeito à livre orientação sexual, às identidades de gênero, à autonomia do corpo da mulher ao direito ao aborto, bem como promover ações voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva.

Portanto, é fundamental que a luta antirracista passe pelo diálogo atento dos gestores e das gestoras, da sociedade com as mulheres negras. O combate ao racismo é uma luta de todos e sua superação é uma conquista civilizatória de uma nação.

Artigo de Valneide Nascimento dos Santos, mulher negra e quilombola, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado (Coprig).

Disponível em: A superação do racismo passa pelo bem viver das mulheres negras — Senado Intranet

No Dia dos Povos Indígenas, uma reflexão se há vidas mais úteis que outras



Em seu livro *A Vida Não é Útil*, publicado em 2020, o líder indígena Ailton Krenak nos brinda com reflexões acerca de questões centrais que marcam a nossa "civilização". A obra, organizada por Rita Carelli, reúne textos de palestras, entrevistas e *lives* realizadas entre novembro de 2017 e junho de 2020 e é dividida em cinco partes: Não se Come Dinheiro; Sonhos para Adiar o Fim do Mundo; A Máquina de Fazer Coisas; O Amanhã Não está à Venda e A Vida Não é Útil.

Na primeira parte, o autor aborda as tendências destrutivas do homem "civilizado" sob estreita (e excludente) visão sobre humanidade. Assim, expõe inicialmente os malefícios do consumo desenfreado e da noção equivocada de que há seres privilegiados em relação aos demais. Em nome do progresso, essa espécie de "casta" alija à condição de sub-humanidade todo e qualquer tipo de vida posto à margem — aí englobados os "não eleitos", a exemplo dos caiçaras, quilombolas e povos indígenas.

Nos capítulos seguintes, Krenak aprofunda a discussão, ao apontar peculiaridades culturais que reforçam esse tratamento diferenciado entre os seres e como elas têm potencial para gerar conflitos. A consumição provocada pela busca do sucesso é uma delas. O individualismo acentuado é outra. Nesse ponto, as ideias do líder indígena sobre competitividade convergem com as expostas por Vincent de Gaulejac na obra *Gestão como Doença Social*, na qual é enfatizado que "a cultura do ódio leva a promover a eliminação, em detrimento da cooperação".

Nesse ponto, Krenak salienta que, na cultura indígena, há predominância do coletivo, imperando, portanto, mais solidariedade nas relações.

O livro traz ainda possibilidades de reversão desse quadro, na medida em que o homem moderno não se deixe enredar pela exaustiva expansão da tecnologia e assuma uma postura mais simbiótica com o meio ambiente. A pandemia mostrou-nos que é possível impactar menos o planeta, simplesmente revendo hábitos.

Na prática, contudo, essa mudança não é tão simples, embora factível. Além do esforço individual, há que serem revistas políticas públicas nos diversos pontos do orbe. Tudo isso, aliado às guerras e à prevalência do lucro tornam a empreitada ainda mais desafiadora.

Para isso, o autor apresenta uma série de condutas adotadas pelos povos indígenas e alerta para a necessidade de revermos valores, sob pena de erodirmos juntamente com o planeta. Krenak também questiona o próprio conceito de sustentabilidade como propagado atualmente, por envolver ações estanques sem gerar a devida conscientização sobre o tema.

Por fim, apesar do tom aparentemente apocalítico, Krenak é enfático ao afirmar que a solução para a problemática se encontra dentro de nós. Afinal, se fomos capazes de produzir o desastre, igualmente somos dotados de habilidades para solucioná-lo — o que exige coragem e determinação. A situação requer ainda (e acima de tudo) a noção de que a vida é preciosa demais para ser expressa em cifras. Daí a completa inadequação da questão exposta no título.

Um laço com a própria ancestralidade

A obra, além de permitir maior visibilidade para a causa, me possibilitou conhecer parte da cultura da etnia krenak pela voz de um de seus representantes. Nesse aspecto, serviu de elo com minha ancestralidade, já que tenho ascendência indígena. A experiência mostrou-se ainda mais valiosa na medida em que expôs de maneira patente a importância dessa leitura: para construir seus argumentos sobre a nossa sociedade, Ailton recorreu a diversas fontes, fruto do esforço de outros estudiosos. Eis, pois, a forma salutar de refletir sobre nossa realidade, ampliar nossos horizontes e romper com padrões mentais limitados ou deturpados. Livre — o máximo possível — de estereótipos e ilações infundadas.

Um indígena na ABL

Ailton Krenak é o primeiro indígena eleito para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) em mais de 120 anos desde a sua fundação. O ambientalista, filósofo, poeta e escritor tomou posse no último dia 5 na sede da instituição, no Rio de Janeiro.

Krenak é natural da região do vale do rio Doce, território do povo Krenak em Minas Gerais, onde nasceu em 1953. Ativista do movimento socioambiental e da defesa dos direitos indígenas, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades ribeirinhas na Amazônia. Contribuiu também para a criação da União das Nações Indígenas (UNI).

A luta de Krenak durante as décadas de 1970 e 1980 foi determinante para a conquista do chamado Capítulo dos Índios na Constituição de 1988. Ele é coautor da proposta da Unesco que criou a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em 2005 e é membro do comitê gestor da instituição. Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República, em 2016 recebeu o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais. É autor de *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (lançado em 2019) e de *Futuro Ancestral* (publicado em 2022).

> *Artigo de Marluci Ribeiro, chefe de serviço na locução da Rádio Senado e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.*
>
> *Disponível em:* No Dia dos Povos Indígenas, uma reflexão se há vidas mais úteis que outras — Senado Intranet

Racismo entre crianças exige ação de pais e educadores



Recentemente, mais histórias de racismo no ambiente escolar vieram à tona. Só no mês de abril, houve três casos divulgados amplamente pela imprensa: um em São Paulo, ocorrido com a filha da atriz Samara Felippo; e dois em Brasília, nos colégios Galois e Pódion, ocorridos durante jogos entre escolas e interclasse, respectivamente. Infelizmente, não são incidentes isolados, tampouco casos atípicos. Há alguns anos, a filha de uma colaboradora do Senado Federal passou por agressão semelhante.

Os casos de racismo nas escolas são antigos e recorrentes. Todavia, agora, com uma maior conscientização das pessoas negras sobres seus direitos e a ascensão financeira de parte da população negra, que permite acesso a espaços sociais antes restritos, os conflitos raciais têm vindo mais a público.

Eu mesmo, como pessoa negra, passei por situações de racismo durante minha trajetória escolar. Na época, eu não tinha noção do que se tratava e do impacto que aqueles fatos teriam na minha personalidade. Com esforço, autoconhecimento e ajuda de pessoas com as quais convivi e convivo, superei alguns desses traumas. Outros ainda estou buscando superar.

No livro Querido estudante negro (Planeta, 2024) a pesquisadora e escritora Barbara Carine, também autora de Como ser um educador antirracista (Planeta, 2023), traz as situações de racismo vivenciadas na forma de cartas. Recomendo. A leitura deste livro promoverá grande aprendizado, qualquer que seja a cor de sua pele.

Ao tentar resolver a questão do racismo ocorrido no ambiente escolar, geralmente a administração da escola toma apenas medidas punitivas, necessárias e requeridas às vezes, mas não atitudes educativas. Apenas querem se livrar do problema de forma imediata. Resultado: frustram os pais das crianças agressoras, que na maioria das vezes não compreendem realmente a dimensão do racismo, e não educam os alunos para a questão. E vida que segue.

Escolas que agem assim fatalmente estão sujeitas a verem os fatos se repetirem. O problema também vai reaparecer se a escola só fizer de conta que nada ocorreu. Varrer para debaixo do tapete não vai fazer o problema magicamente desaparecer.

Há ainda escolas que jogam o problema para mães e pais da criança agredida, como se elas, pessoas negras, tivessem a obrigação de resolver o problema do racismo por serem pessoas negras. As pessoas negras não criaram o racismo, portanto não são as pessoas negras que têm que resolver o problema do racismo, embora possam ajudar a lidar com o problema. Mães e pais de crianças negras não têm poder de intervir efetivamente sobre crianças brancas. São as mães, os pais e os educadores dessas crianças que devem fazê-lo.

Educação e administração antirracista nas escolas

A lei 10.639/2003, alterada pela lei 11.645/2008, torna obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Todavia, não basta ensinar sobre as culturas indígena e afro-brasileira se nesse ensino houver um viés que coloca a cultura eurocêntrica como superior, melhor, mais evoluída, mais desejável e maior produtora de resultados para a humanidade. A educação antirracista precisa, no mínimo, colocar no mesmo nível, no mesmo patamar, todos os saberes humanos, de todas as origens.

A cultura dos povos africanos, por exemplo, produziu saberes valiosíssimos para a humanidade antes e durante as invasões europeias ao continente, mas, durante o período colonial, somente os saberes e culturas da Europa foram validados. É necessário, pois, uma educação decolonial, ou seja, que valoriza os conhecimentos e culturas dos povos indígenas, africanos e colonizados em vez do conhecimento e culturas europeias. Para isso, os saberes ancestrais dos povos indígenas e negros precisam ser contados nas escolas.

Além disso, o corpo docente e administrativo da escola precisa ser diverso. As crianças precisam ver que pessoas negras também podem ser professores e administradores nas escolas, não apenas a moça da limpeza ou a tia da merenda. Sem exemplos sociais de equidade, a criança e o adolescente criarão na mente a ideia de uma sociedade dividida entre quem serve e quem deve ser servido, marcado principalmente pela cor da pele.

Pais antirracistas

Ser mãe e pai antirracista não é apenas se indignar com as notícias da violência racial. As mães e pais de crianças brancas precisam dar o exemplo de convivência social antirracista. O exemplo convence mais do que discursos ou sermões. As crianças precisam observar e aprender com o relacionamento social equilibrado de suas mães e pais.

Crianças que vivem em uma bolha onde só veem pessoas negras como aquelas que servem, limpam, promovem a segurança, fazem as brancas se divertirem (artistas), são criminosos ou pessoas periféricas vão acreditar que o mundo é dessa única forma e vão naturalizar o menosprezo pelas pessoas diferentes. Essas crianças crescerão pensando que pessoas negras são pessoas inferiores e que só existem para servirem a seus caprichos.

Mães e pais antirracistas convivem socialmente com pessoas negras (bem como com outras diversidades) num relacionamento de igualdade, não de superioridade e muito menos de fobia. As crianças brancas precisam ser incentivadas desde pequenas a brincarem e conviverem socialmente com pessoas diversas. Todos sabem que se aprende pelo exemplo.

“Ninguém nasce odiando as pessoas por causa da cor de sua pele, ou por seu passado, ou por sua religião. As pessoas aprendem a odiar e, se elas podem aprender a odiar, elas também podem aprender a amar.” Nelson Mandela (1918-2013)

Artigo de Devair Sebastião Nunes, lotado no serviço de Apoio às Contratações de TI, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça, vinculado ao comitê. Para saber mais sobre as atividades promovidas pelo grupo mande um e-mail para gtraca@senado.leg.br.

Disponível em: Racismo entre crianças exige ação de pais e educadores — Senado Intranet

É hora de renovar a lei de cotas nos concursos públicos



“Existe muita coisa que não te disseram na escola/ Cota não é esmola/ Experimenta nascer preto na favela pra você ver/ O que rola com preto e pobre não aparece na TV/ Opressão, humilhação, preconceito/ A gente sabe como termina, quando começa desse jeito/ Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais/ Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais/ Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé/ Não tem dinheiro pro busão/ Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão/ E já que tá cansada quer carona no busão/ Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!”.

Esses versos, da música *Cota não é esmola,* da cantora, compositora e multi-instrumentista Bia Ferreira, retratam cenários da realidade da população negra no país.

O Censo 2022 mostra que a população brasileira passa de 203 milhões e a população negra (pretos e pardos) corresponde a 55,8% dela. Há 136 anos, o Brasil aboliu a escravidão. Contudo, a população negra, sequestrada e escravizada, foi lançada à própria sorte pelo estado, sem nenhuma política pública que a reconhece como seres humanos, garantindo-lhes a digna mobilidade social.

A professora e ex-ministra Nilma Lino Gomes explica, que “a forma como o racismo impera entre nós não está ligado apenas a uma vertente étnica ancestral, mas, sobretudo, a um fenótipo negro-africano, que é sistematicamente desqualificado”. Ou seja, no Brasil, é o fenótipo negroide que determina quem vive na pobreza ou em estado de miséria.

A nossa Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo quinto, reza que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Contudo, precisamos nos questionar, à luz da verdade, como estão os descendentes de seres humanos que foram sequestrados e escravizados no Brasil?

Ao falar de violência contra as mulheres, a mulher negra representa quase 70% das assassinadas com as armas de fogo no país, conforme dados do Instituto Sou da Paz. A Rede de Observatórios da Segurança, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), registra que os negros são 87% dos mortos pela polícia de oito estados em 2022.

O Instituto Trata Brasil indica que quase 35 milhões de pessoas vivem em locais sem acesso à água tratada e 100 milhões sem acesso à coleta de esgoto. O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitate), comunica que cerca de 33 milhões de brasileiros e brasileiras não têm onde morar ou vivem em moradias precárias.

Quando falamos do percentual de pessoas negras (pretos e pardos) nos concursos públicos, o Ministério da Igualdade Racial informa que, em 2012, antes da legislação e, em 2019, com cinco anos de implementação, o percentual de novos servidores cadastrados como pretos e pardos, passou de 27% para 36% na administração pública federal. Isso significa que mais pessoas negras estão conseguindo ingressar nas carreiras federais do serviço público, e que a política está dando resultado.

Renovação com avanços

Neste ano, a lei 12.990 de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, perde a sua vigência no dia 9 de junho. A sua renovação é urgente para que futuros concursos contemplem essa indispensável ação afirmativa.

Somente no Concurso Nacional Unificado (CNU), que foi adiado devido à terrível tragédia no Rio Grande do Sul, a expectativa é de que 2,1 milhões de pessoas participem do certame.

No ano de 2021, o senador Paulo Paim apresentou o PL 1.958, para renovar a legislação por mais dez anos. A proposta foi incrementada pelo substitutivo apresentado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

pelo relator, senador Fabiano Contarato, e relator *ad hoc*, o senador Flávio Arns, sendo ratificado pelo senador Humberto Costa, relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O substitutivo levou em conta o cenário social e econômico do país, que mudou diante do novo modelo de ascensão social, fruto da luta dos movimentos negros do Brasil, que impulsionam e direcionam a criação de políticas públicas como o Estatuto da Igualdade Racial, a lei de cotas nas universidades e a própria lei de cotas nos concursos públicos.

A proposição inovadora, que ampliava o prazo de avaliação de 10 para 25 anos e priorizava vagas para mulheres negras, recebeu mais de dez emendas. No processo democrático de disputa legislativa que existe no parlamento, algumas emendas foram absorvidas, parcial ou integralmente.

A matéria foi aprovada em dois turnos na CCJ, por se tratar de um substitutivo, e trouxe avanços como a inclusão de novos beneficiários: indígenas e quilombolas. Além disso, ratificou que os optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência e garantiu que órgãos do Poder Executivo Federal, responsáveis pela gestão e inovação em serviços públicos, promoção da igualdade racial, implementação da política indigenista e promoção dos direitos humanos e da cidadania, realizarão o acompanhamento e o monitoramento da legislação.

O texto aprovado segue para Câmara, caso não seja proposto recurso para tramitação no Plenário. Que essa vultuosa política seja aprovada com celeridade. Axé, saúde e muito amor.

Texto escrito por Maria Isabel Sales, assessora legislativa e racial, jornalista, especialista em direito legislativo e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015, *e responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.*

Disponível em: É hora de renovar a lei de cotas nos concursos públicos — Senado Intranet

Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova, era negro e gay



Nascido no Rio de Janeiro em 19 de maio de 1929, Alfredo José da Silva, conhecido como Johnny Alf, tinha apenas três anos de idade quando perdeu o pai, Antônio, um militar combatente da revolução de 1932. A morte repentina do esposo obrigou sua mãe, Inês Marina da Conceição, a trabalhar como doméstica para sustentá-lo.

Na casa onde a mãe trabalhava, Alf teve a oportunidade de receber uma formação escolar e estudar música erudita e piano desde os nove anos de idade. Sua inclinação pela música popular negra norte-americana, especialmente o jazz, e pelas canções dos filmes da época, levou-o a admirar gênios como Nat King Cole e Cole Porter. Em 1952 conheceu Tom Jobim e já no ano seguinte gravou duas canções que marcaram sua contribuição para a MPB: *Céu e Mar* e *Rapaz de Bem,* sendo esta última considerada a canção precursora da Bossa Nova.

No entanto, o compositor quase nunca esteve sob os holofotes. Sua timidez, aliada a uma discreta elegância que o ajudava a esconder sua homossexualidade, fez de Alf uma das figuras mais enigmáticas da música brasileira. A música *Ilusão à Toa*, lançada por ele em 1961, trata de sua experiência homossexual de forma subliminar, abordando o tema de maneira lírica pela primeira vez na MPB.

Mas onde está um dos problemas do seu não reconhecimento como pai da Bossa Nova? No racismo. Não o racismo explícito, como aquele que atinge uma criança negra em uma escola particular ou provoca a morte de um homem negro dentro do estacionamento de um supermercado, mas o racismo em suas formas camufladas, despercebidas e, por isso mesmo, letais.

Como bem escreveu Abdias Nascimento em *O Genocídio do Negro Brasileiro*, uma das minúcias do racismo é a exclusão sutil ou a morte simbólica, aquela que acaba por convencer a própria pessoa negra de que sua relevância é nula ou limitada nas questões mais importantes.

Johnny teria sido mais reconhecido se fosse branco? Sua música estaria à sombra se ele não fosse LGBTQIA+? Em uma reportagem do *The New York Times* de agosto de 2010, Nelson Valença, que foi seu produtor por mais de 20 anos, afirmou:

— Houve um movimento para promover Tom Jobim, que era rico, branco, jovem e bonito. Talvez ele [Alf] fosse alguém que poderia ofuscar Tom Jobim.

Além desse movimento de promoção midiática que os privilegiados tiveram, existia também o medo branco, que se manifesta diante da presença de pessoas negras que demonstram autonomia e personalidade independente. Johnny insistia em manter sua liberdade musical, experimentando e tentando sempre inovar, sem se deixar cair no senso comum das gravadoras da época.

Pode-se afirmar que, se não fosse *Rapaz de Bem,* a história da Bossa Nova talvez não teria atingido o respeito internacional que alcançou. Diferentemente do pai branco aclamado pela mídia, João Gilberto, a morte de Johnny Alf em 2010 não foi tão comentada, e poucos se lembraram de que se tratava do verdadeiro precursor da Bossa Nova.

O plano era fazer desse movimento um marco nas artes musicais do país, embranquecendo o samba e a Bossa Nova e levando ao mundo um Brasil branco, universitário e feliz, distante da realidade das periferias brasileiras, o que perdura até hoje. Esse embranquecimento ocorreu também fora do país. O jazz, o rock, a *house music*, o R&B, o *soul*, entre vários outros estilos, infelizmente, sofreram e sofrem com o embranquecimento.

Artigo de André Mendonça Cândido, estagiário no Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado

O Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado (Coprig), instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015, é responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.

Disponível em: Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova, era negro e gay — Senado Intranet

A importância da educação antirracista nas forças policiais



Nessa quarta (3), meninos negros estrangeiros (canadense, burquinense e gabonês) sofreram uma abordagem racista de policiais militares em Ipanema, Rio de Janeiro. O fato repercutiu nacionalmente na mídia e houve protesto de familiares dos adolescentes. Seguiu-se um pedido formal de desculpas do Itamaraty e um inquérito da Corregedoria da PM para apurar o caso.

Esse foi mais um caso de perfilamento racial (prática na qual a polícia aborda uma pessoa com base na sua raça) na ação policial, facilmente percebido por quem vê o vídeo da ação. Os meninos atravessavam despreocupadamente a rua com amigos brancos em um bairro nobre da capital fluminense. Estavam de camisetas, bermudas e chinelos. As pessoas que passavam por ali não demonstravam incômodo com os meninos, mas os policiais viram ali um crime em potencial. Afinal, pessoas negras seguindo jovens brancos em um bairro de classe média alta não é “normal” no Brasil. O “normal” seria que os jovens negros estivessem na favela, na periferia. É assim, com pensamentos deste tipo, que a sociedade brasileira normaliza as ações policiais que mais matam e encarceram jovens negros.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, 68,2% dos presos em 2022 no Brasil eram negros, sendo 95% do sexo masculino. O mesmo relatório aponta que 83,1% das vítimas de intervenção policial eram pessoas negras. Ou seja, a estatística mostra claramente o resultado do viés racial das ações das polícias. E não se trata de culpabilizar apenas os policiais, pois policiais negros são também os que mais morrem no Brasil — mesmo sendo a minoria no efetivo, em 2022 representavam 67,3% da equipe.

Sou um homem negro, sei bem o que é ter medo de ser parado em uma ação e ser injustamente detido. Desde cedo, meus pais me ensinaram que eu sempre deveria sair de casa com documentos, que nunca deveria correr de policiais e, quando comecei a trabalhar, deveria levar comigo a carteira de trabalho — para comprovar que eu não era um jovem vagabundo. Por outro lado, tenho um irmão policial e sei também o que é ter medo de ter um familiar morto em ação, pois os meios para o trabalho policial não são os ideais. O problema é o racismo estrutural e institucional arraigado, o qual precisamos enfrentar.

O dia em que os meninos foram abordados em Ipanema marcou o aniversário de 72 anos da primeira lei brasileira a incluir entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça e cor da pele. Em julho de 1950, a dançarina, coreógrafa, antropóloga e ativista social americana Katherine Dunham foi impedida de se hospedar em um hotel por ser uma "mulher de cor". O fato, na época, encheu de indignação os jornais. A meu ver, mais pelo vexame de o país estar exposto à opinião pública internacional do que pela discriminação em si, uma vez que o Brasil se via como o mais perfeito exemplo de democracia racial. Na oportunidade, o deputado federal Afonso Arinos apresentou um projeto de lei para transformar determinadas atitudes racistas em contravenção penal. O texto foi aprovado e se transformou na lei 1.390/1951, conhecida como Lei Afonso Arinos.

Estamos, novamente, diante de um vexame internacional. E, como ocorria naquela época, esse fato que agora vexa o país continua ocorrendo todos os dias em nossas cidades. Cidadãos negros brasileiros inocentes passam pelo vexame de sofrerem "baculejo" e, não raro, são presos. É necessário padronizar a formação de policiais, em todos os níveis hierárquicos e de todos os estados da federação, de forma a incluir uma educação antirracista de forma continuada para reverter essa situação nefasta que destrói vidas negras.

É necessário, ainda, que haja a responsabilização do comando das polícias, pois, na maioria das vezes, a punição recai apenas sobre os agentes das ruas e as baixas patentes. Isso mantém a situação inalterada nas instituições que continuam reproduzindo o racismo estrutural e institucional.

Texto escrito por Devair Sebastião Nunes, analista legislativo de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: A importância da educação antirracista nas forças policiais — Senado Intranet

Esporte contra o racismo



*A judoca Beatriz Souza em luta nos Jogos Pan-Americanos de Santiago em 2023.*1

No dia 2 de agosto, Beatriz Souza subiu ao ponto mais alto do pódio em Paris, conquistando a primeira medalha de ouro para o Brasil nesta edição das Olimpíadas. Esse feito encheu de orgulho os brasileiros, que celebraram ao ver a bandeira nacional ser hasteada e o hino tocado na Cidade Luz. Os jornais do país rapidamente destacaram a trajetória de superação de Bia, especialmente pelo fato de ela ser uma mulher negra, o que representa uma vitória não apenas no esporte, mas também na luta contra as desigualdades.

O brasileiro é conhecido por sua paixão por esportes, vibrando com as vitórias e se entristecendo com as derrotas de seus atletas e seleções. Nesta edição das Olimpíadas, o número de atletas mulheres superou o número de atletas homens na delegação brasileira, o que reflete uma mudança importante em um cenário esportivo que ainda enfrenta desafios relacionados ao machismo e ao racismo.

Apesar disso, as atletas continuam a receber menos patrocínio, têm menos oportunidades e lugares adequados para treinar, e, em algumas modalidades, ainda enfrentam preconceitos e são alvo de insultos, como o uso ofensivo do termo “sapatão” para questionar sua orientação sexual.

Ao ver a conquista da medalha de ouro por Bia Souza, lembrei-me de um artigo que li há algum tempo sobre Soraia André, a primeira mulher negra a integrar uma equipe de judô no Brasil. Na época em que começou a praticar judô, em 1976, o esporte era predominantemente praticado por pessoas de origem nipônica e seus descendentes e a modalidade era proibida para mulheres no Brasil.

Para ser praticante do esporte, Soraia teve que se adaptar aos padrões da comunidade judoca da época: alisou o cabelo, aprendeu a falar japonês e incorporou os princípios e tradições da cultura japonesa, que são inerentes à prática do judô.

– Praticar judô foi para mim uma luz no fim do túnel, só que eu tive um preço muito alto a pagar, porque eu tinha que ter comportamentos ditos normais. Não podia gostar de samba, não podia ter meu cabelo ao natural... No começo eu era negona, depois passei a ser neguinha, mulata e de cor. Então, a sociedade acabou me embranquecendo. Ou você é branca e faz judô ou, se for negra, não tem acesso – afirmou Soraia, em entrevista concedida a Cláudia Maria de Farias em 2009.

Por causa desse embranquecimento, Soraia recebeu o apelido de "japonegra". Com o fim das restrições à prática feminina do judô no Brasil, Soraia tornou-se uma das pioneiras ao integrar a primeira equipe feminina de judô do país e fez parte da seleção brasileira de 1980 a 1992. No entanto, sua trajetória foi marcada por desafios e discriminações. Quando questionou por que uma verba destinada às atletas femininas não estava chegando às mulheres, a Confederação Brasileira de Judô (CBJ) respondeu instituindo uma norma que proibia mulheres com mais de 28 anos de participar de competições – exatamente a idade de Soraia na época. Posteriormente, a CBJ proibiu a atleta de treinar no mesmo espaço que a seleção brasileira.

Hoje os ventos sopram um pouco melhor para os atletas negros, mas ainda estamos longe de uma situação ideal, especialmente em um país em que a maioria das pessoas negras não têm acesso a locais adequados para treinar ou verba para esse fim. Um exemplo disso é que, para acessar a bolsa-atleta (um excelente projeto que provém de verbas do Governo Federal), é necessário, excetuando-se a categoria estudantil, que a pessoa esteja vinculada a uma entidade de prática desportiva (clube), o que pode ser um fator limitante para pessoas negras e periféricas.

Gostamos de ver a bandeira do Brasil no alto do pódio, mas, para que isso aconteça mais vezes, precisamos oferecer mais oportunidades para que pessoas negras, especialmente mulheres negras, possam treinar, desenvolver seu potencial e serem respeitadas no dia a dia no país sem que precisem deixar de lado suas características de raça.

Texto escrito por Devair Sebastião Nunes, analista legislativo de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: Esporte contra o racismo – Senado Intranet

A importância de outras racionalidades para o mundo



Desde 2002 a Organização das Nações Unidas (ONU), reconheceu a necessidade de que o conhecimento científico respeite e incorpore valores e conhecimentos tradicionais na conservação e no uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas. Para alcançar esse objetivo, é necessário repensar a forma de ver e classificar o mundo natural, tomando como exemplo o sistema de classificação botânico.

A classificação dos vegetais provavelmente foi um dos primeiros ramos do conhecimento humano, essencial para a sobrevivência ao distinguir as plantas comestíveis das venenosas. As primeiras classificações botânicas refletiam essa necessidade básica, separando plantas úteis das prejudiciais. Além dos usos práticos, as plantas sempre desempenharam papéis importantes em atividades sociais, religiosas e na mitologia das sociedades.

O sistema de classificação botânica atual deve-se a Carlos Lineu, que, como muitos cientistas europeus do século 18, utilizava o latim, ignorando os nomes ancestrais, europeus ou não. Esse uso do latim causou protestos, como o do parlamento inglês, que viu a flora nativa inglesa renomeada por uma língua internacional.

Lineu desenvolveu o sistema binomial para identificar espécies, mas é relevante notar que os tupis já haviam criado um sistema semelhante, classificando famílias e gêneros de maneira próxima à ciência ocidental. Esta só veio a superar a precisão do sistema tupi-guarani com o sistema binominal de Lineu, que, por inspiração ou apropriação, convergiu em vários aspectos com a classificação indígena.

A tradição tupi-guarani designa espécies com base em características como folhas, flores e frutos e propriedades como cheiro, sabor, dureza e cor. As espécies são reunidas em gêneros, seções e famílias, formando grupos que incluem categorias como madeiras nobres, árvores em geral, ervas, cipós, palmeiras e leguminosas, entre outras e, numa instância abaixo, agrupam famílias botânicas. Essa última classificação é surpreendentemente similar à de um botânico moderno, evidenciando não só o acerto na classificação, como também a sofisticação dos sufixos e radicais linguísticos usados, similares aos dos primeiros taxonomistas ocidentais.

Entre os afrodiaspóricos no Brasil, destaca-se o sistema de classificação Jeje-Nagô que, embora baseado na forma e nos hábitos das plantas, transcende a disputa pela primazia do sistema binominal e desafia a compreensão ocidental. A classificação leva em conta cheiro, cor, textura das folhas e sensação provocada pelo toque, agrupando-as em Folhas de Ar, Terra, Água e Fogo. Essa categorização, possivelmente influenciada pelo aristotelismo dos muçulmanos, aproxima-se dos quatro elementos comuns à astrologia.

Todavia, apenas o conhecimento da terminologia iorubá não é suficiente para validar sua riqueza. A classificação na cultura Jeje-Nagô vai além da mera descrição física. Na língua iorubá, a nomenclatura das espécies vegetais depende da vocalização, com nomes transmitidos por cantigas, incorporando a relação entre planta, manipulador e tempo, este último representado pela oralidade. Essa cosmologia ressoa com axiomas da física, como a flecha do tempo da termodinâmica e o conceito de entropia na teoria da informação, em que a informação, quando não é passada a um receptor, desfaz-se, perde-se ou, em um adágio Jeje-Nagô, “uma palavra uma vez pronunciada jamais volta à boca”, em que temos expressado claramente o irrevogável, ou, em um termo, a entropia.

Ainda dentro da física moderna exaurimos a crença que o fenômeno só ocorre na presença de um observador, as coisas só se definem na interação com o observador, o mundo é relacional, o mundo só ocorre na relação do fenômeno físico com o observador. O axé, ou energia Jeje-Nagô, só é transmitido pela palavra, que viabiliza o mundo. Esse conceito encontra paralelos em tradições como o hinduísmo (*Om*, o mantra primordial) ou entre as religiões abraâmicas (em que o mundo é criado pelo *verbo*), mas, nas tradições africanas, a criação ocorre continuamente. O mundo é criado a todo instante e depende da interação entre tempo, observador e objeto, ou, em termos correlatos, entre a oralidade, o iniciado e a planta.

A classificação botânica, nesse contexto, depende dessa interação complexa, em que o encantamento, para efeitos religiosos ou usos práticos e medicinais, está relacionado à forma como se canta ou pronuncia o nome da planta, tornando a classificação fluida e difícil de compreender para o ocidental.

Essa característica “termodinâmica” das religiões afrodiaspóricas se reflete na liturgia que, por serem religiões vivas (novamente, o “axé”), são dinâmicas, sujeitas a diálogos, transformações e adaptações. Revisões de tradições, como o sacrifício ritual, um tabu na nossa sociedade, está em desuso; materiais não poluentes são incorporados nas oferendas, sendo totalmente absorvidos pela reciclagem natural.

A consciência de outros sistemas classificatórios, mesmo que não científicos, pode ajudar a sacralizar o mundo e promover sua utilização sustentável. Tradições não científicas são fundamentais na gestão de 99% dos recursos genéticos do mundo, revelando uma estreita ligação entre diversidade cultural e biológica.

Durante o aprendizado no Viveiro do Senado, houve uma profunda interação com jardineiros, copeiras, faxineiras, anciãs e religiosos. Os nomes dados às espécies por esses, advindos do nosso vernáculo, são carregados de conotações visuais, emocionais e irônicas. Uma profusão de nomes bíblicos e profanos, que evocam tanto santos quanto o diabo, nomes austeros e lascivos, castos e eróticos, estes se somam aos nomes tupi-guaranis e ao encantamento para com o mundo botânico, advindo das religiões de matriz africana.

Esses saberes populares, mesmo sem a descrição científica, possuem uma gama de informações codificadas e são fundamentais no desenvolvimento de um novo olhar sobre o mundo natural, sendo parte essencial de uma abordagem de respeito, cooptação e acolhimento.

A sustentabilidade, fundamentada no social e humano, é compreendida como algo em constante mudança, que se adapta, resiste, aprende, reorganiza-se e, assim, torna-se mais forte e resiliente.

Texto escrito por Erico Zorba, integrante do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: A importância de outras racionalidades para o mundo — Senado Intranet

Quem não tem teto de vidro que atire a primeira pedra



“Quem não tem teto de vidro, que atire a primeira pedra”, esse é o refrão de uma das canções mais famosas da cantora brasileira Pitty. A metáfora utilizada na letra da música faz referência a uma característica comum aos seres humanos: o fato de cometerem erros e possuírem defeitos. Assim, julgar outra pessoa por suas falhas é desconhecer esta verdade da condição humana e arriscar ter seu teto também violado.

No mundo do trabalho, por sua vez, a metáfora do teto de vidro ganha outra conotação. Cunhada pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1978, pelas consultoras de gestão Marilyn Loden e Katherine Lawrence, a expressão inglesa glass ceiling refere-se às barreiras invisíveis e artificiais que impedem certos grupos, especialmente mulheres, de avançar na carreira profissional e ascender a postos de liderança, apesar de suas altas qualificações. Nessa acepção, o teto transparente corresponde a um limitador imperceptível, mas resistente, à progressão das mulheres a medida em que se elevam os níveis hierárquicos das organizações.

Padrão distorcido

Estudos feministas e de gênero, sejam acadêmicos ou empíricos, apontam as principais causas desse fenômeno. Destacamos duas consideradas pilares de estruturação de desigualdades no mercado de trabalho.

A primeira refere-se à permanência de normas e padrões culturais tradicionais de gênero, que reproduzem preconceitos e estereótipos relacionados às mulheres e à força de trabalho feminina. Eles fortalecem a associação das mulheres a certas ocupações profissionais, em geral de menor prestígio social e com predomínio de competências e habilidades entendidas como naturais para elas, como no caso de profissões ligadas a assistência, educação e cuidados. Esses mesmos padrões e estereótipos desvinculam ou desqualificam as mulheres para o exercício de funções de poder cujos atributos exigidos seriam racionalidade, objetividade, agilidade etc, comumente considerados masculinos.

A segunda causa é inerente à divisão sexual do trabalho, que historicamente atribui às mulheres a responsabilidade preponderante pelas funções relacionadas à reprodução social e ao cuidado familiar na esfera privada. Isso implica mais desafios para elas na conciliação entre atividades profissionais e domésticas, em especial quando se encontram em cargos diretivos, que demandam maior volume e sobrecarga de trabalho. Muitas mulheres ainda se veem encurraladas a decidirem entre maternidade e ascensão na carreira.

O teto de vidro, portanto, não repousa sobre todas as cabeças de modo igualitário e isonômico. Ao contrário, restringe-se às pessoas do gênero feminino. E mais, considerando que entre as próprias mulheres existem desigualdades que as tornam um grupo diverso e heterogêneo, é possível constatar que a maior sub-representação na ocupação de cargos diretivos é a de mulheres negras. Luana Pinheiro, pesquisadora do IPEA, ressalta que a intersecção entre gênero e raça (e até classe) revela barreiras mais sólidas e opressivas para que as mulheres negras exerçam cargos de poder e liderança.

Números da desigualdade

Quando se trata do serviço público, é importante destacar que a entrada por meio de concurso é um importante instrumento de isonomia que tem facilitado o ingresso das mulheres aos postos de trabalho estatutários. No entanto, a ocupação de cargos de poder e decisão não segue a mesma premissa. Dados do IPEA, referentes ao Poder Executivo, demonstram que as mulheres correspondiam a mais de 44% desta força de trabalho em 2020, mas representavam 39% no total de cargos de liderança (DAS e NES), sendo 11,7% ocupados por mulheres negras. Essa representatividade ainda sofre redução, a depender do nível hierárquico do cargo diretivo, atingindo apenas 14,7% no mais alto (NES), sendo que desse percentual as mulheres negras representavam apenas 1,6%.

No âmbito corporativo das empresas e das instituições públicas, a nomeação de pessoas para cargos de poder e liderança é discricionária e pressupõe avaliações subjetivas nem sempre vinculadas ao mérito ou ao preenchimento de requisitos e qualificações, o que se torna propício à manifestação de preconceitos e discriminações, ainda que de modo velado ou encoberto.

Caminhos possíveis

A solução para diminuir essa desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho passa pela implementação de políticas e ações voltadas à valorização da diversidade, ao combate das discriminações e à socialização e compartilhamento do cuidado. Do ponto de vista macrossocial, devem ser implementadas políticas públicas de Estado que reduzam a responsabilização e sobrecarga feminina com o trabalho doméstico, além de ações afirmativas que promovam equidade de gênero e raça e norteiem as seleções públicas e privadas para os cargos diretivos, com critérios de inclusão, igualdade e justiça social.

No Senado, ações e programas voltados à diversidade, equidade e inclusão, coordenados pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça (Coprig), têm possibilitado a ascensão de servidoras efetivas a boa parte dos cargos diretivos, tornando o órgão pioneiro no âmbito da Administração Pública federal. É possível citar como exemplo, iniciativas como o Programa de Liderança para Mulheres, a Mentoria para Mulheres Negras, as palestras sobre inclusão no Programa de Formação Gerencial, a possibilidade de redução de uma hora de jornada para mulheres lactantes, além de outras previstas para implementação neste e no próximo ano, de acordo com o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (2024-2025). Hoje, 56% das servidoras efetivas ocupam cargos de chefia, o que nos gera esperança quanto à efetividade de ações com esse enfoque.

A luta pela inclusão das mulheres nas lideranças das organizações não deve ser exclusivamente delas. Além de ser uma demanda política importante para garantia da diversidade e equidade no mundo do trabalho, deve ser uma pauta de mobilização coletiva. Nesse caso, quem não tem teto de vidro, que seja o primeiro a atirar as pedras para rompê-lo.

Texto escrito por Talita Santos de Oliveira, integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015, responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.

Disponível em: Quem não tem teto de vidro que atire a primeira pedra — Senado Intranet

21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher



A campanha internacional 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizada entre 20 de novembro e 10 de dezembro, busca conscientizar a população sobre diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo e envolve poder público e setores da sociedade.

Não à toa, no Brasil, a campanha tem início no Dia Nacional da Consciência Negra. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 apontam que mulheres negras são as maiores vítimas de violências, representando 64% dos casos de feminicídio notificados. Os números são resultado da dupla vulnerabilidade que acompanha mulheres negras, evidenciando as consequências da combinação entre machismo e racismo.

O feminicídio é a forma mais cruel da violência de gênero, da qual o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial. É uma verdadeira epidemia. O enfrentamento precisa considerar as várias etapas dos processos de violência. É uma escalada que abrange agressões verbais, violência psicológica, moral, sexual e patrimonial.

E como interromper o processo de violência antes que o feminicídio aconteça? É preciso combater toda e qualquer forma de violência contra a mulher. Reeducar, mundialmente, o olhar da sociedade sobre meninas e mulheres. Essa é a proposta da campanha Feminicídio Zero — Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada**,** lançada pelo Ministério das Mulheres em agosto.

O racismo e a violência são construções sociais e, portanto, podem e devem ser desconstruídos. Para isso, é preciso promover uma mudança cultural, investir em educação e sensibilização para que as novas gerações construam novos paradigmas e atitudes.

As campanhas facilitam a mobilização em torno das diversas ações de combate à violência e ampliam os espaços de debate com a sociedade. Mas ainda precisamos avançar na reflexão sobre nosso real engajamento, no dia a dia, para a promoção da paz e a inclusão na soc iedade. Ações simples, falas, posturas, comportamentos e valores que, de fato, traduzam respeito e tolerância.

Para além das estatísticas, é preciso compreender que a violência contra a mulher impacta a vida de todas as pessoas que vivem ao seu redor. Marcas que atravessam gerações e nos condicionam como sociedade. É como um jogo de dominó que vai caindo peça a peça. A violência prolonga seus efeitos do sofrimento nos filhos, na família, nos amigos, nos colegas de trabalho, nos vizinhos. Ninguém sai ileso de uma experiência de violência. A epidemia de feminicídio deixa crianças órfãs, pais desolados, familiares e amigos aflitos e instaura o medo no contexto dos relacionamentos futuros, nas formas de comunicação e no desenvolvimento pessoal.

É claro que cada história tem suas próprias características e seus próprios desdobramentos, mas é possível chamar a atenção para o tamanho do problema com exemplos concretos de vidas afetadas pelo feminicídio.

Marcas da violência

Eu era adolescente quando minha tia materna foi assassinada. Ela tinha apenas 28 anos quando foi morta pelo marido, na casa da família, enquanto seus filhos de quatro e dois anos dormiam. A tragédia surpreendeu a família, que desconhecia a escalada de violência física e psicológica que ela vivenciava diariamente. Sua morte transformou a minha vida e de toda a minha família para sempre.

O sonho de ser mãe passou a ser assombrado pela dúvida “se eu morrer, quem cuidará dos meus filhos?”. Os relacionamentos foram marcados pelo questionamento “será ele capaz de me matar num acesso de raiva?”. E tantos outros conflitos foram instalados com sucesso na minha alma. Minha irmã e minhas primas sofrem com os mesmos tormentos que me afligem. Aquela morte brutal deixou terra arrasada em nós. Somos cinco sobrinhas maternas, todas com dificuldades para engravidar, alternando entre problemas de saúde e questões psicológicas. O medo nos venceu!

Seus filhos, aquelas duas crianças que estavam em casa no momento de sua morte, passados mais de 35 anos do crime, são homens fragilizados, errantes, que sofrem por não terem conhecido a mulher incrível que foi a própria mãe. Qualquer boa lembrança que alguém tenha é sentida como um novo ferimento. Para os

filhos, aquela é a mulher que lhes foi negada. Não há boas recordações, apenas dor e sofrimento.

A justiça não nos foi tão justa. Mesmo se fosse, é incapaz de trazer de volta a vida perdida. Nossa família não contou com proteção ou apoio psicológico. Meus primos foram criados com amor e nas melhores condições que uma família quebrada emocionalmente podia oferecer. A própria vítima foi capaz de deixar suporte financeiro para seus filhos. Toda a família se uniu no propósito de dar-lhes o melhor possível. Mas não há como compensar a falta do próprio núcleo familiar. Perderam a mãe e o convívio com o pai no mesmo dia e essa desestruturação os acompanha ainda hoje.

A experiência da minha família certamente não é a mesma de outras famílias que sofreram com situações semelhantes. Ainda assim é inexorável que haja sequelas dolorosas a serem enfrentadas. Se considerarmos que, no Brasil, a cada seis horas, uma mulher é vítima de feminicídio, é inestimável quantas vidas são perdidas e quantas pessoas estão condenadas a enfrentarem as consequências desse e outros processos de violência. Traumas não fortalecem, danificam permanentemente.

É difícil revisitar essas memórias. Não faço para suscitar consternamento ou piedade. O objetivo é apenas dar uma face à violência contra a mulher, num chamamento para que as mudanças em nossa sociedade comecem por cada uma e cada um de nós. A educação para a não violência começa em casa. Nossos exemplos afetam os mais jovens. A forma como resolvemos conflitos, assumimos responsabilidades, construímos nossas relações e nos empenhamos nas discussões sobre o tema são determinantes para o tipo de sociedade que construímos. Nossa postura deve refletir verdadeiramente a máxima: nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada.

Texto escrito por Edna de Souza Carvalho, jornalista e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015*, responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.*

Disponível em: 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher — Senado Intranet

Para celebrar o 20 de novembro, feriado nacional



Plenário do Senado Federal em 19 de novembro de 2024, durante sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra

O artigo 5º da nossa Constituição determina que todas e todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Mas essa igualdade realmente existe e persiste?

No Brasil existem dois tipos de igualdade: a formal, que oferece tratamento idêntico a todos, e a material, que significa dar aos desiguais um tratamento desigual, na medida da sua desigualdade. Diante dessa perspectiva do direito surgem as ações afirmativas, que são políticas públicas oferecidas a grupos historicamente excluídos, como a população negra, os indígenas, as pessoas com deficiência, as mulheres, a população LGBTQIA+ e outros.

As chamadas discriminações positivas são baseadas nos princípios do filósofo grego Aristóteles, os quais determinam que devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.

Esforço para aprovação nacional

O Brasil celebrou o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra em 20 de novembro. Em 2024 esse feriado aconteceu pela primeira vez em âmbito nacional. Uma conquista fruto da luta, do sangue, do suor e da resistência dos movimentos negros educadores — como pontua a ex-ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes —, de parlamentares e de intelectuais, além de pessoas não negras comprometidas com a dignidade e o desenvolvimento do povo brasileiro.

Precisamente em 28 de novembro de 2023, a Câmara dos Deputados, sob a condução da bancada negra, aprovou o PL nº 3268/21 — que propõe feriado nacional para o Dia Nacional do Zumbi e da Consciência Negra —, relatado pela deputada federal Reginete Bispo (PT-RS).

A bancada negra foi representada por 122 deputadas e deputados federais autodeclarados pretos e pardos, tendo como coordenador-geral o deputado Damião Feliciano (União-PB), primeira vice-coordenadora a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), segunda vice-coordenadora a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e terceira vice-coordenadora a deputada Silvia Cristina (PL-RO).

O texto inicial é oriundo do PLS 482/17, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), do qual o senador Paulo Paim (PT-RS), referência na pauta, foi relator.

Durante décadas o senador Paulo Paim, um ícone na promoção da igualdade racial, junto com a bancada negra do período — composta pela deputada Benedita da Silva, deputado Edimilson Valentim, deputado Domingos Leonelli e os já falecidos deputados João Herman e Carlos Alberto Caó de Oliveira (Caó) —, todos de mãos dadas com os movimentos negros, tentaram aprovar o feriado nacional, mas não obtiveram êxito à época, e o Dia Nacional da Consciência Negra foi estabelecido timidamente, tendo sido adotado apenas por alguns municípios brasileiros.

Como tudo começou

A data do dia 20 de novembro como feriado em todo o país para o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra foi formulada no Rio Grande do Sul por jovens militantes dos movimentos negros: o poeta Oliveira Silveira, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, Jorge Antônio dos Santos, Luís Paulo Assis Santos e o doutor Antônio Carlos Cortês, o único ainda vivo das lideranças, e outros militantes.

A data remonta ao assassinato do líder Zumbi, que organizou e resistiu no Quilombo dos Palmares, um dos maiores do país, localizado na Serra da Barriga, em União dos Palmares (AL). Um ponto histórico turístico que precisa ser lembrado e visitado.

Esses jovens não reconheciam o dia 13 de maio como avanço para a população negra uma vez que, ao abolir a escravidão, o Estado brasileiro deixou a população negra à margem da sociedade, sem nenhuma política pública que a amparasse.

A aprovação pelo Congresso e a sanção presidencial dessa data tão simbólica em feriado nacional fortalece a reflexão sobre políticas públicas raciais, como a lei de cotas nos concursos públicos, nas universidades e institutos federais; a abordagem humanizada de agentes de segurança públicos e privados; o trabalho digno, sem assédio moral ou sexual; os salários iguais para trabalhos iguais; o acesso à saúde — em especial, o cuidado com a saúde mental —, aos espaços de lazer, à moradia digna e aos espaços de poder e tantas outras políticas que precisam estar conectadas.

Muitos passos já foram dados, a nossa ancestralidade e os nossos mais velhos que o digam. Ainda assim a caminhada pela igualdade e o combate ao racismo precisam ser uma jornada diária e continua, pois os desafios do retrocesso são tremendos e latentes. Axé, amor e prosperidade. Viva o primeiro feriado nacional do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra em 20 de novembro!

Texto escrito por Maria Isabel Sales, assessora legislativa e racial, jornalista, especialista em direito legislativo e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015*, e responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.*

Disponível em: Para celebrar o 20 de novembro, feriado nacional — Senado Intranet

Para não dizer que não falei das Borboletas



Irmãs Mirabal que atuaram na resistência política: Maria Teresa, Patria e Minerva

25 de novembro é o Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. A data foi criada em memória da luta de Patria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, assassinadas a pauladas e atiradas de um penhasco para simular um acidente automobilístico no dia 25 de novembro de 1960, a mando do general Rafael Leónidas Trujillo, ditador que governava a República Dominicana desde 1930, após tomar o poder via golpe de Estado.

As irmãs Mirabal eram conhecidas no movimento de resistência ao regime como "*Las Mariposas*" (As Borboletas). Minerva, como muitas outras jovens e meninas, foi assediada sexualmente por Trujillo e a perseguição à família começou por ela não ceder às investidas do "generalíssimo". O pai, Enrique Mirabal, chegou a ser preso para virar objeto de chantagem: seria solto caso Minerva passasse a noite em um hotel com o presidente.

Prisões arbitrárias como essa ocorriam aos montes durante a ditadura de Trujillo, e não precisava ser um intelectual engajado ou um opositor político para ser encarcerado. Bastava você questionar ou contrariar, de qualquer maneira, o mito do "*El Jefe*" (O Chefe, em espanhol). O machismo era uma das armas políticas do regime de Trujillo, mas não a única. O racismo também era elemento essencial em seu projeto nacionalista de construção de uma identidade dominicana baseada na valorização da herança do colonizador espanhol.

Esse projeto incluiu o estímulo à imigração europeia para o branqueamento da população, em radical oposição ao vizinho, Haiti. Vale lembrar que o Haiti foi a primeira República Negra, o primeiro país a abolir a escravidão e o segundo das Américas a proclamar sua independência. "Hispaniola" (nome dado por Cristóvão Colombo à ilha que abrigaria no futuro tanto o Haiti, de Toussaint Louverture, quanto a República Dominicana, das irmãs Mirabal) era, antes da colonização, a casa dos Taino, indígenas praticamente dizimados pelo invasor.

O solo, encharcado de sangue originário, foi explorado no sistema de *plantation* com o cultivo de cana-de-açúcar e (usando de empréstimo a expressão de Darcy Ribeiro sobre os canaviais brasileiros), para girar essa "máquina de moer gente", o colonizador sequestrou pessoas do continente africano. Era para os escravizados serem somente músculos acéfalos, mas eles eram seres humanos dotados de inteligência fina e coragem para resistir. Foi o que eles fizeram até conseguirem a vitória na Revolução Haitiana (1791 a 1804).

Ao sonhar uma República Dominicana branca, católica e hispânica, era também dessa história negra que fez parte da constituição da ilha que Trujillo se afastava. Em última instância, era uma negação de suas próprias origens. Por mais de uma vez li que Trujillo se esmeirava na maquiagem facial para disfarçar a herança haitiana que se revelava em sua tez, mais escura do que ele desejava.

No entanto, o indesejado elemento negro permanecia ao lado e era preciso contê-lo. A era Trujillo foi brutal com todos os opositores e, no caso dos haitianos, o ímpeto tirânico e o racismo xenófobo foram somados e inoculados historicamente por uma complexa teia de acontecimentos. A propaganda governamental daquele que se queria forjar como o novo "pai da nação" reforçava os preconceitos.

Em 1937, sob a alegação de problemas fronteiriços, o regime de Trujillo assassinou mais de uma dezena de milhar de haitianos no que ficou conhecido como o Massacre de Perenjil. O relato que ficou na história dá conta de que os algozes, sem poder diferenciar se a pessoa negra à frente deles era dominicana ou haitiana, pediam para ela falar a palavra "salsinha" (*perenjil*), de dificultada dicção para os francófonos do Haiti. Ao não conseguir pronunciar direito, a pessoa era considerada haitiana e morta. Só que, apesar do relato e do nome sob o qual ficou sendo conhecido o massacre, os moradores da fronteira eram frequentemente bilíngues. A verdade é que não só os haitianos foram mortos, mas, também, os filhos de haitianos nascidos na República Dominicana e, portanto, dominicanos negros.

Assim como a violência política contra as irmãs Mirabal não pode ser dissociada da violência de gênero, a xenofobia contra os haitianos, institucionalizada na ditadura de Trujillo, não pode ser dissociada do racismo. Aliás, machismo, racismo, xenofobia e culto à personalidade fazem parte do *starter pack* de todo aspirante a ditador e de toda ditadura que se instala – seja por golpe de Estado, seja por meio do voto popular - com discursos racistas e desumanizadores contra imigrantes e que buscam instrumentalizar as mulheres, limitando-as a seus papéis tradicionalmente impostos de esposa submissa ou objeto sexual.

No filme “No Tempo das Borboletas”, de 2001, baseado no romance homônimo de Julia Alvarez, que conta a história da família Mirabal, o machismo e a misoginia da ditadura de Trujillo estão claríssimos. A xenofobia e o racismo também estão lá e não passam despercebidos: a película começa com fotografias em preto e branco que retratam a cor predominantemente negra dos trabalhadores do ambiente rural em que Patria, Adelia (Dedé, a irmã que não atuou diretamente na resistência política, mas a quem devemos a preservação e divulgação da memória da família), Minerva e Maria Teresa Mirabal, em ordem de nascimento, cresceram. Na cena do trem, também nas primeiras partes do filme, Minerva (vivida pela atriz Salma Hayek) olha com pena para as pessoas negras acorrentadas que entram no veículo com uma truculenta escolta de policiais. O namorado (vivido pelo ator e cantor Marc Anthony), esclarecido politicamente e já envolvido com a resistência na universidade, diz a Minerva que aquelas pessoas seriam deportadas, pois o plano de Trujillo era embranquecer a República Dominicana.

Assim, neste 25 de novembro (e também depois dele), não nos esqueçamos nem do legado da família Mirabal na luta contra a opressão, nem da permanência, entre nós, do machismo, do racismo e da xenofobia que, quando legitimados pelo apoio popular, seja numa ilha caribenha, seja num país emergente ou numa potência mundial, se transformam em estruturas letais que se voltam contra o seu próprio povo.

Vida longa às Borboletas!

Texto escrito por Marcela Diniz, jornalista e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015, *responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.*

Disponível em: Para não dizer que não falei das Borboletas — Senado Intranet

Carolina Maria de Jesus: uma mulher de múltiplo letramento



Neste ano reuni a coragem necessária e, pela primeira vez, debrucei-me sobre o livro *Quarto de Despejo — diário de uma favelada,* escrito por Carolina Maria de Jesus, a primeira mulher negra brasileira a vender 1 milhão de livros no mundo. No entanto, antes de falar sobre sua obra revolucionária, deixe-me apresentar Carolina. Nascida em Sacramento (MG) em 1914, filha de analfabetos, a escritora participou do forte movimento de migração e desembarcou em São Paulo em 1937.

Mulher, negra e periférica, Carolina escreveu romances, poesias, contos, peças de teatro, compôs e interpretou músicas. Nas palavras de Vera Eunice de Jesus, filha caçula da escritora, Carolina era "uma mulher que tinha o olhar firme, que falava bem. Uma mulher que gostava de valsas vienenses dentro de uma favela".

Mesmo com a pobreza e o racismo transpassando sua história no cotidiano, Carolina era uma mulher de múltiplo letramento. Vera Eunice contextualiza a formação da mãe para além da educação formal. "Como dizem os pesquisadores, você não pode falar que ela era semianalfabeta. Eu digo semianalfabeta, porque ela só estudou um ano e meio na escola, mas na realidade é uma pessoa que viveu a literatura a vida inteira, nós fomos criados no meio das letras, no meio dos livros, no meio da leitura, no meio da arte".

Na sua visão crítica, de mulher de espírito inquieto, a escritora sempre se destacou por reconhecer e ocupar o seu lugar de fala. Por meio de seus escritos, Carolina deu voz às mulheres, aos negros e às pessoas em situação de vulnerabilidade, submersas em um contexto de extrema pobreza. Carolina representava um Brasil que não está sob a lente das autoridades.

Best-seller em 11 países e traduzido, de forma imediata, para cerca de 13 idiomas, o livro *Quarto de Despejo* conta com uma narrativa poderosa e revolucionária de relatos sobre o dia a dia de Carolina na favela do Canindé, em São Paulo, onde foi morar em 1940. Na realidade de mãe solo, com três filhos que nasceram na favela e sobrevivendo como catadora de papéis e materiais recicláveis, dentro da invisibilidade imposta a ela no contexto social do Brasil à época, Carolina escreve sobre sua vida "porque ela tem uma fome existencial", nas palavras da escritora e pesquisadora Conceição Evaristo.

Sucesso de críticas, uma obra de impacto sociológico, antropológico e também com viés político, *Quarto de Despejo* foi assim intitulado porque, de acordo com Carolina, morar em uma comunidade era não ter dignidade para pertencer à sociedade. "E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo".

Nos escritos, a autora comenta a situação do Brasil e relata como os grupos minorizados eram tratados pelos governantes naquele período. "De quatro em quatro anos mudam-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas".

A favela por Carolina

Submergir na favela do Canindé, sendo guiada por Carolina, é enxergar a luta de uma mulher negra que se levanta para fazer com que sua voz ecoe por espaços que não são permitidos. Carolina ousou contar a própria história. Sem mordaças. Os escritos reverberaram, sejam eles de dor ou de indignação. De sonhos, da vontade de sair da favela e comprar um terreno ou de um desejo ainda mais simples, de comprar um sapato novo para a, ainda menina, Vera Eunice.

Encarar o diário de Carolina é enxergar uma realidade que grita em vários cantos do país. Pessoas sonham em ascender socialmente e conquistar a casa própria em um lugar que tenha ao menos saneamento básico e segurança pública. Na realidade da favela do Canindé, Carolina se queixava do odor de excrementos. E ainda em 2022, ao menos 49 milhões de brasileiros lidavam com uma realidade similar, vivendo sem saneamento básico no Brasil. A maioria dos prejudicados, quase 34 milhões (cerca de 69%), eram pretos e pardos.

O contexto social apresentado por Carolina de Jesus também retrata a guerra diária contra a fome, fator que ainda preocupa milhões de brasileiros. Em 2023, havia cerca de 21,6 milhões de domicílios em situação de insegurança alimentar

no país. Desse total, 29% dos responsáveis pelos lares eram pretos, e 15,2%, pardos. A fome que gerava revolta em Carolina segue presente em nosso país.

Todo esse ambiente hostil, no qual a autora estava inserida, remete a uma frase da filósofa Djamila Ribeiro: “Somos fortes (...), porque precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer. (...) Nem subalternizada nem guerreira natural: humana”.

A obra transcende

Apesar de ter sua obra conhecida mundialmente, Carolina foi vítima da tentativa de desqualificação e do apagamento de sua literatura no país. No entanto, nos últimos anos, há uma perspectiva de resgate da autora. Isso mostra que, apesar de sua principal obra ter sido publicada em 1960, as temáticas ainda persistem, e a publicação continua atual, servindo de referência para trabalhos acadêmicos.

Carolina de Jesus, mesmo em um contexto de vulnerabilidade, permitia-se transcender por meio da escrita e da leitura, construindo com sua visão crítica um projeto intelectual para dar voz aos grupos minorizados.

Confira mais obras da autora:

- Quarto de Despejo (1960)
- Casa de Alvenaria (1961)
- Diário de Bitita (1986)
- Meu Estranho Diário (1996)

Texto escrito por Thaynara Pires, assessora de comunicação e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015, responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.

Disponível em: Carolina Maria de Jesus: uma mulher de múltiplo letramento — Senado Intranet

Programa de Liderança para Mulheres Negras



Programa de Liderança para Mulheres Negras, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

O Senado realizou, em 2024, a primeira edição do Programa de Liderança para Mulheres Negras. Foram 60 horas de duração divididas em duas etapas, com o intuito de fortalecer a identidade e a autoconfiança das mulheres negras para atuar nos cargos de gestão e liderança.

O curso foi construído com base nas experiências de desenvolvimento pessoal e nas raízes da ancestralidade, na análise de trajetórias de sucesso e na identificação das barreiras que prejudicam a ascensão no serviço público. Ao final da segunda fase, concluída em dezembro, considero que o programa foi muito além das expectativas iniciais.

A perspectiva de um curso de liderança que, além do gênero, considerava também a raça, atraiu mulheres que sentiam uma necessidade maior de identificação e, principalmente, que buscavam um espaço de acolhimento. A própria cor quase barrou várias de nós.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define raça a partir da autodeclaração. Por isso, algumas participantes chegaram com o receio de não estarem no seu lugar de fala por ter a tonalidade de pele mais clara. Porém, compreendemos que a definição de negros inclui os pretos e os pardos.

A aceitação dos desafios e obstáculos que enfrentamos na interseccionalidade de gênero e raça e a validação das nossas trajetórias foram fundamentais para que, desde o início, todas nós trouxéssemos nossas dores, nossos medos e descobríssemos a força indescritível de sermos reconhecidas como mulheres negras que lutam por espaço. Os desafios específicos que enfrentamos, muitas vezes, nos afastam dos cargos de chefia e liderança, mas o reconhecimento aumenta a nossa força e nos dá coragem para continuar a caminhada.

Os temas foram diversos e, a cada encontro, uma descoberta alimentava o desejo de conhecimento. Consequentemente, sentimos-nos mais fortalecidas e reconhecidas. Navegamos pela ancestralidade, surfamos no letramento racial, nadamos de braçada na sensibilização antirracista e mergulhamos nas histórias de personagens reais, que foram convidadas para dividirem suas vivências com todo o grupo.

A primeira diretora negra da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto, com sua trajetória de mulher negra pobre que se tornou uma economista reconhecida nacional e internacionalmente, transformou a minha própria jornada ao me levar de volta aos bancos escolares para aprimorar meu conhecimento em outro idioma. Atualmente, Vilma Pinto é assessora na Diretoria de Assuntos Econômicos e Sociais da Vice-Presidência da República e trabalha diretamente com o vice-presidente Geraldo Alckmin.

A psicóloga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Katia de Lima, descreveu sua trajetória de mulher negra, suas dificuldades de concluir o curso de psicologia em uma universidade pública e conseguiu demonstrar a necessidade de elevar a autoestima das mulheres negras e o combate ao assédio. Esses são apenas alguns dos exemplos do quanto fomos nos transformando e compreendendo nossos papéis de liderança.

Acredito que o curso agregou pessoas que necessitavam de espaço para conhecer e debater as pautas que envolvam as mulheres e, em especial, as mulheres negras. Saber que a Casa Legislativa nos proporciona esse espaço de acolhimento e tem ações concretas para romper as barreiras do racismo estrutural e institucional nos conduz a um trabalho mais qualificado e humanizado. Permite-nos não apenas sonhar, mas também trabalhar para alcançar a igualdade.

Minhas colegas compartilham desse sentimento e me permito trazer aqui falas que compartilharam comigo:

“O entendimento de que mulheres pretas que se identificam como pretas ou que ainda não sabem se podem se sentir assim, na hora que se encontram. Liderança de preta assusta porque reflete em pertencimento, acolhimento e respeito”. Anna Paula Borges, assessora parlamentar.

“É um orgulho trabalhar em um órgão que tem o compromisso com a valorização das mulheres negras no espaço de poder”. Maria Isabel da Silva Sales, assessora parlamentar.

“O curso me tornou mais resistente, sabendo que há um quilombo que me acolhe e que luta comigo e por mim”. Vanessa Cristina da Silva Costa, assistente social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que integra a Rede Equidade.

As dúvidas e medos iniciais foram enfrentados e superados. Nossa facilitadora, a Edna de Souza Carvalho, fez com que cada uma de nós conseguisse se reconhecer como mulher negra e mostrou que liderar não é somente exercer cargo de chefia, e sim ter voz e escuta.

Hoje coordenamos vários projetos em parceria com o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado (Coprig), estamos cada vez mais envolvidas nos debates sobre equidade de gênero e raça, e, principalmente, convictas de que podemos assumir papéis destaque no Senado. Temos muito para contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Que venham novos desafios e novas lideranças. Viva as mulheres! Viva as mulheres negras!

Texto escrito por Leila Amorim Gomes, filha de Rosa Maria de Amorim (que concluiu o ensino médio aos 70 anos), advogada, assessora legislativa e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, instituído pela Portaria da Diretoria-Geral 2.511/2015*, e responsável por formular e acompanhar ações promovidas pela Administração para a promoção da igualdade de gênero e raça na Casa.*

Disponível em: Programa de Liderança para Mulheres Negras — Senado Intranet

Pequenos e tolerados atos discriminatórios



Estudante Thamiris Marques no Instituto Central de Ciências (ICC) da Universidade de Brasília (UnB), em 21 de dezembro de 2021. Thamiris entrou no curso de Serviço Social, em 2019, por cotas na UnB, tornando-se a primeira da família a cursar o ensino superior

Tenho observado as políticas de inclusão e equidade desta Casa, motivado por uma profunda empatia e pela convicção de que as questões ambientais estão intimamente ligadas a questões de gênero e raça. Acredito que não se pode salvar o planeta sem antes considerar a dignidade das pessoas.

Considero que todas as políticas que buscam aplicar critérios ambientais, sociais e de governança, os ESGs (em português: Ambiental, Social e Governança) alcançam maior eficácia quando têm em relevância as desigualdades sociais, o racismo, a homofobia, o machismo e outras formas de discriminação. Ao adotar uma abordagem inclusiva e integrada, é possível promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado para toda a sociedade.

Faz parte deste comprometimento o letramento racial e, advinda dessa, a clara percepção de que eu não sou protagonista nas questões raciais, mas um aliado: sou um homem branco, heterossexual e de classe média. No entanto, o letramento me fez ver que a assim chamada branquitude e a masculinidade são padrões que estão velados em conceitos basilares da civilização ocidental, tais como igualdade, fraternidade e liberdade. A chamada liberdade de expressão, quando deletéria, é refúgio deste tipo de comportamento a ser tratado aqui.

Embora o racismo explícito encontre forte reprovação da sociedade em suas diversas esferas – opinião pública, imprensa e senso comum, existem formas mais sutis e veladas de racismo, frequentemente direcionadas a grupos que não são negros, e de outros preconceitos dirigidos a pessoas racializadas, tais como nordestinos, orientais, bolivianos, LGBTQIA+ e pessoas provenientes de periferias.

Essas manifestações se disfarçam em frases de tom irônico e jocoso, ou como um arremedar que, ao serem aceitas com risadas, são normalizadas em círculos íntimos, como entre colegas ou familiares. Não se trata de uma hostilização verbal chocante, que seria prontamente censurada. Trata-se de um mal constante e sutil, que se integra a um humor politicamente incorreto, aceito nas interações diárias.

O caráter aparentemente ameno dessas discriminações torna-as ainda mais insidiosas. Essas manifestações perpetuam a discriminação e a zombaria do que é diferente, expressando a não aceitação do outro por meio de um tom pejorativo.

É necessária uma conscientização sobre essa pretensa inofensividade. A banalização do que é antiético e a normalização de comportamentos racistas e classistas fazem com que se zombem dos outros apenas por causa de seu fenótipo ou classe social ou pela combinação de ambas as características.

É a recusa da possibilidade de outro mundo senão aquele que é o seu. Exclui o outro do mundo. Um mundo que, oxalá, como um lugar para uma identidade, igualdade, soberania e justiça. Torna-se necessário compor o mundo com o outro, uma verdadeira e duradoura modernidade.

Texto escrito por Erico Zorba, integrante do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/01/pequenos-e-tolerados-atos-discriminatorios

Racismo e xenofobia são faces de uma mesma moeda



No início de 2025, o mundo testemunhou mais uma vez a escalada do tratamento inadequado aos imigrantes nos Estados Unidos, marcada por deportações em massa, endurecimento das políticas de imigração e a negação de asilo a pessoas em situação de risco.

Essas medidas atuais ecoam ações históricas daquele país, como o *Chinese Exclusion Act* (Lei de Exclusão Chinesa), de 1882, que proibiu a imigração de chineses por uma década e impediu que os já residentes se tornassem cidadãos. Na década de 1920, políticas de cotas raciais privilegiaram imigrantes europeus, consolidando um viés discriminatório que moldou a demografia estadunidense.

No Brasil, um paralelo histórico revela mecanismos semelhantes de exclusão. Após a abolição da escravidão em 1888, ideias eugenistas ganharam força entre a elite branca, que atribuía o "atraso" do país à miscigenação e à grande população negra. O Decreto nº 528/1890 proibia explicitamente a entrada de asiáticos e africanos, enquanto europeus recebiam subsídios para passagens, terras e sustento por seis meses, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Leis como as da Vadiagem (Código Criminal de 1830) e da Capoeira (Decreto nº 847/1890) criminalizaram a população negra, permitindo seu encarceramento em massa e a reinserção em trabalhos análogos à escravidão. Hoje, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, negros são maioria nas prisões — prova de que o racismo estrutura os sistemas de controle social.

Em 1911, durante o 1º Congresso Internacional das Raças, em Londres, o médico João Batista de Lacerda apresentou a tese "Os mestiços do Brasil", prevendo que, em um século, os negros desapareceriam do país e os mestiços representariam apenas 3% da população. Mas nós negros ainda estamos aqui e somos mais de 50% da população brasileira.

A mão de obra negra, alicerce colonial e base da riqueza do Brasil, foi transformada em um passivo social após a abolição. A escravidão, tratada como um capítulo a ser apagado da história nacional, legou não apenas o apagamento do passado, mas também da população negra em si. Sem políticas de integração, essa população foi lançada à marginalidade: sem direitos ou assistência, sofreu com condições desumanas de salubridade, aglomerada em cortiços e periferias sem acesso a saneamento ou medicina básica.

Os números revelam a brutalidade desse projeto. A mortalidade infantil entre negros chegava a ser três vezes maior que a de brancos no início do século 20, enquanto a expectativa de vida permanecia drasticamente inferior.

Essa desigualdade não é resquício, mas herança ativa. Hoje negros ainda morrem, em média, sete anos antes que brancos no Brasil, prova de como o racismo estrutura até mesmo a biografia dos corpos. Cabe lembrar que esse projeto de branqueamento não foi exclusividade brasileira. Na Argentina e no Uruguai, por exemplo, políticas semelhantes quase aniquilaram as populações negras e indígenas.

A falsa associação entre negritude e preguiça, de que negro não gosta de trabalhar ou de que é pobre porque não se esforça o suficiente, por exemplo, ainda ecoa em estereótipos como o de que a Bahia – estado com a maior população negra – é a "terra da preguiça". Por ironia histórica, metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram erguidas pelo trabalho de nordestinos majoritariamente negros, desmontando essa falácia da preguiça.

Racismo e xenofobia são faces de uma mesma moeda: a desumanização do diferente. Enquanto o primeiro se ancora em noções biológicas falsas, o segundo se alimenta de medos culturais. Ambos, porém, servem para manter privilégios e justificar desigualdades. Entender suas nuances é essencial para construir sociedades verdadeiramente inclusivas.

Estudar essas questões históricas, suas similaridades e influências no presente, portanto, é um antídoto contra a repetição de erros. Enquanto políticas migratórias excludentes e narrativas desumanizadoras persistirem, estaremos reeditando violências do passado, agora travestidas de "segurança nacional" ou "mérito" que, muitas vezes, mascaram o racismo. A história, quando compreendida, ilumina as engrenagens da exclusão — e nos desafia a desmontá-las em todos os lugares.

Texto escrito por Devair Sebastião Nunes, analista legislativo de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/02/racismo-e-xenofobia-sao-faces-de-uma-mesma-moeda

111 anos de Abdias Nascimento



Se o senador Abdias Nascimento ainda estivesse vivo, teria completado 111 anos em 14 de março deste ano. Abdias foi um expoente singular na luta pelos direitos da população negra no Brasil e, em reconhecimento à sua atividade em prol do povo brasileiro, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria — também conhecido como Livro de Aço — em 2024. Essa obra está abrigada no Panteão da Pátria, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, um local que certamente vale uma visita.

Embora seja oficialmente reconhecido como um dos heróis da pátria, a história de Abdias Nascimento ainda é pouco conhecida pela maioria dos brasileiros. Na escola, eu aprendi sobre Duque de Caxias, princesa Isabel, família real portuguesa e tantos outros personagens históricos brancos, mas nenhuma figura negra foi mencionada. Eu deveria ter estudado sobre Abdias Nascimento; sua ausência nos currículos escolares faz falta.

Além da invisibilidade nos livros didáticos, seu nome também não está amplamente presente em monumentos públicos. Há incontáveis estátuas e bustos em homenagem a outros heróis nacionais, mas desconheço qualquer obra dedicada a Abdias.

Fiz uma busca no site dos Correios por logradouros que levam seu nome — uma forma comum de reconhecimento público — e encontrei apenas em quatro locais: Maceió, Rio de Janeiro, Salvador e Aracaju. Nenhum em Franca, sua cidade natal ou sequer no seu estado que é São Paulo. Seu nome merece estar mais presente. Para efeito de comparação, Duque de Caxias dá nome a mais de mil logradouros pelo país.

O senador Abdias Nascimento faleceu aos 97 anos, deixando um legado inestimável. Foi um incansável ativista do movimento negro e dos direitos civis, além de escritor, poeta, dramaturgo, artista plástico, ator, professor universitário e deputado federal.

Ele já foi descrito como o "mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX". Fundou o Teatro Experimental do Negro, em 1944 e, em 1981, criou o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), para dar continuidade à sua luta pela valorização da cultura afro-brasileira e pela igualdade racial, especialmente no campo da educação. Em 2010, Abdias recebeu a indicação oficial ao Prêmio Nobel da Paz.

O senador foi, também, um ferrenho defensor da implementação de políticas de cotas raciais no Brasil. Vale lembrar que a primeira lei de cotas do país não foi para negros, mas sim para os filhos de fazendeiros e agricultores (majoritariamente brancos e ricos), garantindo-lhes vagas em escolas agrícolas e universidades de Agricultura e Veterinária. Trata-se da Lei 5.465/68 – conhecida como Lei do Boi, que vigorou até 1985 sem enfrentar a resistência que a política de cotas raciais sofre.

Abdias era neto de pessoas escravizadas e filho de um sapateiro. Começou a trabalhar aos sete anos de idade, realidade que ainda persiste entre muitas crianças negras no Brasil. Em 2022, 1,2 milhão de crianças e adolescentes negros estavam em situação de trabalho infantil, segundo a PNADC 2022. Eu mesmo comecei a trabalhar aos 12 anos devido às condições sociais e financeiras da minha família. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante direitos fundamentais, mas sua efetividade chega mais lentamente para crianças negras do que para crianças brancas.

A vida de Abdias também foi marcada pela resistência às forças políticas que buscavam suprimir os movimentos negros no Brasil. Durante o Estado Novo, foi preso por protestar contra a ditadura de Getúlio Vargas e levado ao Carandiru por denunciar a discriminação racial em São Paulo. Na prisão, fundou o Teatro do Sentenciado e criou um jornal produzido pelos detentos.

Durante a ditadura militar, exilou-se nos Estados Unidos e na Nigéria por 13 anos, período em que representou a América do Sul em encontros e congressos na África, e produziu obras de arte expostas em importantes galerias. O regime militar propagava o mito da "democracia racial" no Brasil, ao mesmo tempo que reprimia violentamente os movimentos negros. Corria-se risco de morte ser militante das causas raciais neste país à época. Mas havia, sim, resistência negra, expressa principalmente por meio de manifestações artísticas, como a música, os bailes e o teatro.

No ano passado, o Senado exibiu o filme O Sonho de Abdias em sua programação de visitação. A meu ver, essa obra, assim como toda a literatura de Abdias, deveria

estar acessível em todas as escolas do Brasil. O povo brasileiro precisa conhecer melhor esse grande herói e o legado inestimável que ele deixou.

Acredito que, se as escolas seguissem mais fielmente o que prevê a Lei 10.639/2003, garantindo o ensino sobre personalidades negras e a história da população afro-brasileira, a sociedade seria mais consciente e respeitosa quanto à diversidade racial. Isso certamente ajudaria a reduzir os inúmeros casos de racismo nas escolas e, consequentemente, nos demais espaços sociais.

Vale lembrar que, para a maioria de nós pessoas negras, é na escola o primeiro lugar onde experimentamos o racismo — um ambiente que deveria ser seguro para todas as crianças. É ali que ouvimos as primeiras piadinhas racistas, as primeiras ofensas sobre a cor da nossa pele e os primeiros comentários depreciativos sobre nosso cabelo. Muitas crianças negras apresentam baixo desempenho escolar por não se sentirem acolhidas nesse espaço e algumas até abandonam o estudo por isso.

O conhecimento sobre figuras como Abdias Nascimento, Luiz Gama, Carolina Maria de Jesus, Lélia González e João Cândido, entre tantos outros, ajudaria a construir uma identidade na qual estudantes negros se reconheceriam em histórias de resistência, sucesso e protagonismo. Ao mesmo tempo, proporcionaria aos estudantes brancos uma visão mais ampla da história, mostrando que os heróis não são apenas aqueles de fisionomia europeia.

Essa representatividade diversa geraria uma sociedade com mais empatia racial e um sentimento mais profundo de cidadania. Com uma educação assim, o Brasil poderia avançar rumo a uma sociedade mais justa, onde a negritude e outras etnias seriam celebradas e respeitadas como parte essencial da identidade nacional.

Texto escrito por Devair Sebastião Nunes, analista legislativo de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/03/111-anos-de-abdias-nascimento

O centenário de Mãe Stella de Oxóssi



No dia 2 de maio celebramos o centenário de nascimento de Mãe Stella de Oxóssi, uma figura fundamental na história das religiões de matriz africana no Brasil.

Maria Stella de Azevedo Santos nasceu em 2 de maio de 1925 e foi a quinta ialorixá do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, um dos mais importantes do Brasil. Iniciada no candomblé aos 14 anos, recebeu o nome espiritual de Odé Kaye, que significa “o caçador que traz alegrias”. Seu nome impactou seu modo de perceber a vida e sua missão de disseminar o conhecimento e fortalecer a cultura afro-brasileira.

Autora de diversos livros e artigos sobre religião e cultura afro-brasileira, Mãe Stella se tornou uma intelectual respeitada, contribuindo para a valorização e a preservação das tradições africanas no Brasil. Seu legado ultrapassou as fronteiras do candomblé e alcançou a academia, o setor público e a sociedade em geral, sendo um símbolo de resistência e sabedoria.

Guiada pelo princípio comunicador de Oxóssi, Mãe Stella atuou como verdadeira “caçadora de alegrias”, promovendo a valorização do povo negro, da educação e da religião de matriz africana.

Sua luta contra a intolerância religiosa e o racismo a fez receber diversas honrarias, incluindo o Prêmio Camélia da Liberdade, a Medalha Zumbi dos Palmares e Ordem do Mérito Cultural. Em 2013, tornou-se a primeira ialorixá a ocupar uma cadeira na Academia de Letras da Bahia.

Mãe Stella também foi pioneira na educação ao fundar a Escola Eugênia Anna dos Santos, dentro do Ilê Axé Opô Afonjá, antecipando os objetivos da lei 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no ensino básico. Seu compromisso com a educação e preservação da memória afro-brasileira a consolidou como referência na promoção da igualdade racial e na busca pelo respeito às religiões de matriz africana.

Conheci Mãe Stella e o Ilê Axé Opô Afonjá em 2004, numa daquelas viagens em que buscamos descanso e encontramos muitas outras coisas. Religião sempre foi um assunto muito importante na minha família. Meu pai era pastor e minha mãe estudou num internato religioso para ser missionária. A religião batista está na família paterna há muitas gerações.

Entendo e respeito a religiosidade dos meus pais, mas fui buscar a minha própria, numa busca por minha ancestralidade. Foi um processo lento, difícil e por vezes doloroso mas, somente nos terreiros, encontrei o conforto espiritual que me dá repouso e Mãe Stella fez parte desse processo ao me dizer que “Fé não se impõe” e que “O caminho espiritual é sempre solitário.”

Conhecer Mãe Stella foi essencial para iniciar um movimento em direção à minha ancestralidade. Isso me deixou mais forte e mais consciente da dignidade, determinação e beleza das mulheres que me trouxeram até aqui.

Reconhecer a importância histórica e cultural do legado de Mãe Stella é um modo de fortalecermos o compromisso com a valorização das mulheres negras, historicamente invisibilizadas na construção da nossa identidade nacional e importantes agentes do verdadeiro processo de transformação e reconstrução da sociedade brasileira.

Texto escrito por Elida Costa, jornalista e está no Senado há 31 anos. Ocupou a diretoria da Secretária de Gestão de Informação e Documentação, e do Arquivo Permanente do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/o-centenario-de-mae-stella-de-oxossi

E o olhar inquietante chegou aos palcos...



Arinda Serafim e Marina Gonçalves, co-fundadoras do TEN, ensaiando o papel da "velha nativa" em O imperador Jones, de Eugene O'Neill, com estréia no Teatro Municipal (RJ), em 1945.Cortesia Elisa Larkin Nascimento

No dia 8 de maio, a causa da plena cidadania para as pessoas pretas no Brasil tem um feito muito importante a celebrar. Completam-se nessa data 80 anos da estreia de O Imperador Jones no palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A montagem pioneira da peça de Eugene O'Neill (1888-1953) em terras brasileiras ficou a cargo do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 por um grupo que tinha à frente o intelectual e ativista Abdias Nascimento (1914-2011), futuro deputado e senador.

A data é de grande significado para uma causa coletiva, mas vou me permitir ligá-la a vivências e emoções pessoais, tanto quanto ao aprendizado da história e da cultura. Ao final, estarei mais letrado racialmente.

Meu modesto itinerário começa numa estrada de terra no interior de Minas, à margem da qual havia uma cruz... Mas havia mesmo essa cruz? Ou apenas a imaginei ao ler o poema de Castro Alves que falava do "escravo humilde" e de sua sepultura — "leito de noivado", no qual estava finalmente resguardado de correntes?

Por essa estrada passava o lendário tio Zé Preto, filho de criação do meu avô. Eletricista da prefeitura, ele religava a energia a cada temporal. Debaixo da

coberta tecida a mão, eu temia pela descarga fatal a atingi-lo. No dia seguinte, Isaura poderia vir torrar farinha de mandioca em nosso quintal. E aí, bem mais tranquilo, eu me fartaria dos seus incríveis beijus. No domingo (que maravilha!), os irmãos Tesoura fariam os gols de que precisávamos para continuar "o melhor time do Triângulo".

Mesmo assim, cercado de figuras protetoras, nutrizes, eu poderia embarcar nas brincadeiras racistas dos amigos e zombar da gente do Pito Aceso, a vila colada geograficamente à cidade. Aos seis, sete anos, essa incongruência não me perturbava.

Mais adiante, já em Brasília, o caldeirão multiétnico da leva de construtores e a televisão abririam vários capítulos na minha história de inserção racial e me desvendariam nova galeria de personalidades interessantes — e até de heróis: Pelé, Toni Tornado, Jair Rodrigues, Gilberto Gil, Evinha, Trio Ternura, Diana Ross e Marvin Gaye, Sonia Braga personificando a morena brasileira e inspirando sonhos.

Mal sabia que Ruth de Souza e Léa Garcia tinham começado suas carreiras no Teatro Experimental do Negro. Léa me inquietava especialmente, com aquele olhar de mistério sofrido, pleno, profundo; vindo de densas matas, de senzalas, de noites enluaradas, de suplícios, de fugas, de lutas, das gentes do outro lado do meu mundo.

A Rosa de Escrava Isaura, que fora casada com Abdias, responsável por despertar sua consciência racial, provocava tempestades existenciais, das quais só agora me dou conta. E criava em mim mais um laço com o tema estrutural do Brasil.

No poema de Castro Alves, camada sempre latente na esteira de todos esses anos, o escravo se liberta na morte. O "bando buliçoso" de borboletas o distrai durante o dia. À noite, fala a sós com o Deus. Na empreitada de Abdias, era outro o intento. A libertação dos irmãos e irmãs de sangue-e-cor ainda vivos. Sãos. Atentos e fortes.

Deixo que o criador fale melhor de sua criatura. O recrutamento para o TEN foi "muito eclético". Os diretores queriam "gente sem qualquer tarimba, pois tarimba de negro no teatro se restringia ao rebolado ou às palhaçadas". Apresentaram-se humildes moradores de morros, trabalhadores informais, empregadas domésticas, conforme depoimento ao instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), também fundado por ele em 1981.

Para que os atores em formação pudessem dominar a leitura e a interpretação dos textos, O TEN providenciou cursos noturnos de alfabetização, conhecimentos gerais e culturais, também frequentados por não atores. Mais de 500 pessoas se inscreveram para esse letramento expandido, a contrastar o quadro de abandono que se seguiu à Abolição da Escravatura apenas 56 anos antes. A sala de aula foi instalada na União Nacional dos Estudantes (UNE). Professores, o próprio Abdias; o escritor, jornalista, crítico, dramaturgo e ativista Ironides Rodrigues; e o ator Aguinaldo Camargo.

Este último viria a ser o protagonista d'O Imperador Jones, subvertendo o uso do black face (atores brancos maquiados) que tanto chocara Abdias na montagem a que assistira em Lima. A falácia da "democracia racial", escreveu, tinha sido um motivo crucial para a criação do TEN.

– Algo denunciava a carência daquela força (...) que unicamente o artista negro poderia infundir à vivência cênica desse protagonista, pois o drama de Brutus Jones é o dilema, a dor, as chagas existenciais da pessoa de origem africana na sociedade racista das Américas – refletiu o fundador do TEN em 1997.

Estreantes em teatro, Aguinaldo Camargo e a maior parte dos companheiros de cena, foram os primeiros artistas negros a atuarem, em data única, no palco do Municipal. Estavam com ele o multitarefa Abdias, Arinda Serafim, Fernando Oscar de Araujo, Ilena Teixeira, José da Silva, Natalino Dionísio e Sadi Cabral, o único de pele clara.

A conquista do TEN se revelaria ampla. Não só porque a peça seria depois encenada em São Paulo. "Encerrada estava a fase do negro sinônimo de palhaçada (...) outros caminhos estavam abertos", considerou Abdias no mesmo artigo de 97. A entrada em cena de uma dramaturgia negra fazia irromper a "verdade cultural do Brasil".

– A primeira vitória abriu passagem à responsabilidade do segundo lance: a criação de peças dramáticas brasileiras para o artista negro, ultrapassando o primarismo repetitivo do folclore, dos autos e folguedos remanescentes do período escravocrata. Almejávamos uma literatura dramática focalizando as questões mais profundas da vida afro-brasileira. Toda razão tinha o conselho de O'Neill. Uma coisa é aquilo que o branco exprime como sentimentos e dramas do negro; outra coisa é o seu até então oculto coração, isto é, o negro desde dentro. A experiência de ser negro num mundo branco é algo intransferível – recordou Abdias.

Texto escrito por Nelson Oliveira. Analista Legislativo Comunicação Social e integrante do Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social (NCAS).

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/e-o-olhar-inquietante-chegou-aos-palcos

14 de maio: a Lei Áurea inacabada



Pintura de Augustus Earle dos anos 1820 retrata repressão à capoeira: população negra perseguida

Dia 13 de maio de 1888. O Brasil enfrentara mais de três séculos e meio de escravidão negra e inúmeras revoltas – como a Revolta do Engenho Santana, em Ilhéus (BA, 1789), a Revolta dos Malês (BA, 1835), a Insurreição de Manoel Congo e Marianna Crioula, em Vassouras (RJ, 1838), e a Insurreição de Queimado (ES, 1849).

Enfrentara também muita resistência, como a dos quilombos de Palmares (AL), do Piolho ou Quarité (MT), do Buraco do Tatu (BA), do Ambrósio (MG), do Jabaquara (SP), do Urubu (BA), do Moju (PA) e do Curiaú (AP).

Após todos esses eventos e ainda com a intensa pressão de abolicionistas como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama, Francisco José do Nascimento e Maria Firmina dos Reis, chegava ao fim o mais longo período escravista das Américas.

Todavia a opressão contra as pessoas negras não chegou ao fim da noite para o dia. Nos Estados Unidos, após cerca de dois séculos e meio de escravidão, houve a promessa de reparação: cada família de ex-escravizados receberia 40 acres de terra e uma mula. Essa promessa, porém, jamais foi cumprida – uma realidade relembrada recentemente por Kendrick Lamar em sua apresentação no *Super Bowl LIX*, em 2025.

No Brasil, sequer houve promessa. A Lei Áurea, que aboliu formalmente a escravidão, foi redigida em apenas dois parágrafos e não fez menção a qualquer tipo de reparação ou apoio aos libertos. Eis:

Art. 1.º É declarada extincta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brazil. Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

No dia 14 de maio, um dia após a abolição da escravidão, a população negra – composta por pretos e pardos – se viu abandonada, sem qualquer amparo do Estado e desprezada pela população branca. Aqueles que, até então, haviam produzido com as próprias mãos a riqueza do país, tanto no período colonial quanto no imperial, passaram a ser vistos como símbolo do atraso nacional. A presença dos negros passou a ser associada, de forma racista, à ideia de que o Brasil era um país inferior e atrasado.

Assim, surgiram políticas voltadas à criminalização da população negra e de suas expressões culturais. O Candomblé, o samba, o jongo e a capoeira foram proibidos. O "ócio" dos negros passou a ser tratado como crime por meio da criminalização da vadiagem, como explica a reportagem "Delito de 'vadiagem' é sinal de racismo, dizem especialistas", da Agência Senado.

Além disso, criaram-se leis que dificultavam a ascensão social dos negros, como a Lei de Terras (Lei nº 601/1850), que impedia o acesso à terra por meio de compra e que, consequentemente, excluía os recém-libertos sem renda. Também foram implementadas políticas eugenistas que incentivaram a imigração de europeus pobres com o objetivo de promover o branqueamento da população brasileira.

Mais tarde, mesmo com o surgimento das leis trabalhistas, estas não contemplavam os ex-escravizados e seus descendentes. A população seguia majoritariamente empregada na lavoura ou como trabalhadores domésticos nas cidades, sem os mesmos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos formais. Desse modo, tudo que estava relacionado à população negra passou a ser considerado feio, indesejável e foi sistematicamente apagado da história e da cultura nacional.

Elementos culturais só passaram a ser reconhecidos como parte da cultura brasileira quando foram "branqueados". Foi assim com o Candomblé, a capoeira, o samba e tantas outras expressões afro-brasileiras: quando praticados por pessoas negras, eram marginalizados e desvalorizados. Mas, quando apropriados por pessoas brancas, passaram a ser valorizados, celebrados e até bem remunerados. O que antes era visto como crime ou inferioridade tornou-se produto cultural – desde que desvinculado de sua origem negra.

Dessa forma, podemos (re)afirmar: a Lei Áurea é uma lei inacabada. Ela pôs fim à escravidão apenas na letra da lei, mas não ofereceu à sociedade brasileira os meios para romper com as correntes simbólicas e estruturais do racismo que ainda hoje nos prendem ao atraso.

No século 21, muitos brasileiros ainda não conseguem viver sem recorrer à mão de obra barata – quase escravizada – de jardineiros, piscineiros, cozinheiras, babás, diaristas, porteiros, garçons, entregadores e motoristas de aplicativos... Sem contar que, anualmente, muitos brasileiros são libertos de condições análogas à escravidão pela Justiça do Trabalho.

A escravidão foi extinta no papel, mas a ideia de servidão permanece enraizada no imaginário coletivo, especialmente quando grande parte dessa mão de obra explorada é composta por pessoas negras.

Enquanto não eliminarmos essa mentalidade racista – que naturaliza a desigualdade e a subalternização – continuaremos acorrentados a uma lógica escravagista. E enquanto houver uma parte da população subjugada, ninguém estará verdadeiramente livre. Ou nos emancipamos todos, ou ninguém se salva.

Texto escrito por Devair Sebastião Nunes, analista legislativo de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/14-de-maio-a-lei-aurea-inacabada

O racismo que sobrevive nas palavras



“Não sou tua negra. Meia tigela. A coisa tá preta”.

Quantas vezes você já usou uma expressão que repetia uma herança do tempo da escravidão? Talvez sem perceber, a gente repete ditados, piadas e frases feitas que carregam muito mais do que simples palavras. Elas trazem uma história que o Brasil ainda não teve coragem de encarar de frente. O racismo estrutural que nos formou sobrevive na linguagem, escondido no cotidiano, naturalizado nas conversas — e, por isso mesmo, tão perigoso.

“Não sou tua negra” é uma dessas frases. À primeira vista, parece uma forma de resistência, um grito de autonomia. Mas, por trás dela, está a lembrança dolorosa das mulheres negras escravizadas, forçadas a servir dentro das casas-grandes, submetidas à violência e ao silêncio. Quando repetida sem consciência, essa frase pode reviver, em vez de combater, uma imagem de subserviência.

O mesmo acontece com o termo “criado-mudo”. Muita gente ainda usa sem pensar, mas a origem está na época em que pessoas negras, escravizadas, ficavam paradas ao lado da cama dos senhores, caladas, disponíveis, sem voz. O móvel herdou esse nome e, com ele, a memória de um tempo em que seres humanos eram tratados como mobília.

Outras expressões são ainda mais explícitas. “Serviço de preto”, por exemplo, é usada para descrever algo malfeito. E isso não é só uma frase infeliz: é racismo puro. Vem de um tempo em que o trabalho das pessoas negras era considerado inferior, mesmo quando sustentava toda a economia do país. Repeti-la é reforçar

uma mentira histórica — de que o negro é sinônimo de desleixo — e continuar passando essa visão adiante.

“A coisa tá preta” é outra expressão comum. Usada para indicar que algo está ruim, fora de controle. Mas por que o “preto” é sinônimo de problema? A cor preta é associada ao caos, à dor, à ameaça, e isso é profundamente simbólico em um país onde pessoas negras ainda sofrem todos os dias com a exclusão, o medo e a desigualdade.

Também dizemos que algo ou alguém é “meia-tigela”, querendo dizer que é fraco, sem importância, inferior. Essa expressão vem da época da escravidão, quando os escravizados recebiam menos comida que os brancos – uma tigela pela metade. Também servia para rotular os negros que, segundo a visão dos senhores e feitores, não desempenhavam bem suas tarefas – uma justificativa conveniente para deixá-los com fome. Usar isso como sinônimo de desvalor é perpetuar a lógica de que aquilo que é ligado ao negro vale menos.

“Denegrir” talvez seja uma das mais traiçoeiras. O verbo significa manchar a reputação de alguém, difamar. Mas, se formos ao pé da letra, ele significa tornar negro. Ou seja, tornar algo ruim é tornar negro. Uma associação direta entre negritude e negatividade. Palavras assim ensinam desde cedo que o que é preto, o que é negro, é ruim – e isso molda nosso imaginário coletivo.

E há ainda a expressão “onde o filho chora e a mãe não vê”. Usada para se referir a lugares perigosos e violentos, ela carrega o eco de senzalas, prisões, torturas. Lugares onde os corpos negros sempre foram os mais esquecidos, os mais feridos, os mais desumanizados. E ainda hoje continuam sendo: nas periferias, nos presídios, nas esquinas onde a violência do Estado cala os gritos antes que eles sejam ouvidos.

Todas essas expressões estão dentro do que se conhece como janela de Overton, conceito teórico também conhecido como janela do discurso — o conjunto de ideias e comportamentos que a sociedade considera normais ou aceitáveis. Enquanto esse tipo de linguagem for usada com naturalidade, o racismo seguirá sendo visto como algo tolerável, invisível, parte da cultura. Questionar essas palavras é começar a empurrar essa janela para outro lugar: o lugar do respeito, da consciência, da mudança.

É fácil pensar que são só palavras. Mas palavras moldam pensamentos. E pensamentos moldam atitudes. Se quisermos um país menos desigual, mais justo e mais honesto com sua própria história, precisamos começar pelas pequenas coisas. Começar pela forma como falamos. Porque, enquanto expressões racistas forem ditas com naturalidade, o Brasil continuará sendo um lugar onde o filho chora... e a mãe não vê.

Por quantas vezes eu ouvi alguns dos termos acima sendo ditos por colegas de trabalho – especialmente na iniciativa privada. Quando eu os repreendia e explicava o significado de cada expressão, alguns pediam desculpas, mas outros diziam que era “frescura”. Então vinha uma das frases mais clássicas (e também racistas):

– Eu até tenho um primo(a), tio(a) negro(a) – como se isso os tornasse imunes ao racismo.

Sempre costumo dizer: se não sabe, procure conhecer mais sobre o assunto. O que muitos fazem é tentar apagar essa discussão, dizendo:

– Vamos deixar isso pra lá.

Mas é exatamente assim que a história do sofrimento do nosso povo preto vai sendo apagada, silenciada, esquecida. E, quando esquecemos, permitimos que ela continue acontecendo.

Texto escrito por Washington Lopes. Ajudante parlamentar sênior no Serviço de Apoio Administrativo do NALSGM e membro do Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/o-racismo-que-sobrevive-nas-palavras-1

Preciso me encontrar: um caminho entre memória e liberdade



Às vezes a alma cansa e pede silêncio. Pede estrada. Pede distância. Não para se perder, mas para enfim se encontrar. Tenho pensado muito nisso. O que significa «se encontrar», para quem carrega no corpo e na memória marcas de um passado negado?

Quando ouvi a música composta por Candeia

"Deixe-me ir, preciso andar
Vou por aí a procurar
Rir pra não chorar"

entendi que esse pedido de partida não é uma simples despedida, é quase um chamado ancestral. Um gesto de quem reconhece que só longe dos grilhões, físicos ou invisíveis, é possível descobrir a si mesmo.

"Se alguém por mim perguntar
Diga que eu só vou voltar
Depois que me encontrar"

Candeia não cantava de um lugar qualquer. Ele falava da dor e da beleza de ser negro em um país que tenta apagar a cor da nossa pele e a força da nossa história. A música que ele escreveu e eternizou nas rodas de samba ecoa um desejo que não é só dele: é o desejo de quem precisa respirar fora das amarras que a sociedade tenta impor. Não à toa, ao fundar o Grêmio Recreativo de Arte Negra Quilombo, ele pensava em mais do que samba: pensava num espaço de autonomia, onde a cultura negra pudesse florescer sem concessões.

O quilombo nunca foi apenas um refúgio. Era um território de reinvenção, onde se plantava, se dançava, se amava e se vivia sob outras regras. Abdias do Nascimento, primeiro senador a se autodeclarar negro, chamava o quilombo de "a forma mais acabada da luta negra pela liberdade". Para ele, o quilombo não era um vestígio do passado, mas uma proposta de futuro: um modelo de resistência coletiva e autossuficiência que ainda inspira.

A filósofa e escritora negra brasileira Sueli Carneiro nos ajuda a compreender o motivo dessa busca insistente por liberdade. Ela lembra que a branquitude construiu um padrão de humanidade que exclui corpos negros. Segundo ela, reencontrar-se passa, antes de tudo, por negar esse molde e inventar novas formas de ser. Talvez seja justamente por isso que tanta gente negra sente essa urgência de partir, de procurar, de ir atrás do que nos foi arrancado.

"Deixe-me ir, preciso andar
Vou por aí a procurar
Rir pra não chorar"

Esses versos não são fuga, são travessia. São também um grito contido, uma recusa em aceitar o apagamento.

Quando penso nas comunidades quilombolas de hoje — espalhadas por todo o país, lutando pelo direito à terra, à cultura e à memória — percebo que o "se encontrar" de Candeia ainda pulsa. Essas comunidades são mais que territórios, são permanências de modos de vida, de cultura e de resistência que resistem desde o período colonial.

Eu, como tanta gente, também preciso me encontrar. E cada vez mais entendo que esse encontro não acontece sozinho. Ele se dá quando olho para trás e reconheço quem veio antes de mim. Quando escuto as histórias dos quilombos, quando leio Abdias e Sueli, quando ouço o samba que Candeia nos deixou.

Encontrar-me é também me alinhar a essa corrente de luta, de beleza e de resistência que nunca se quebrou, apesar de tudo.

E talvez seja isso. Preciso ir, preciso andar, mas não estou só. Levo comigo as vozes e os sonhos de um povo que nunca deixou de procurar a liberdade.

Encontrar-me é também reconhecer que pertenço a um povo que sempre soube construir caminhos, mesmo quando o mundo insistia em portas fechadas. Continuo andando, com a certeza de que a liberdade é a nossa herança mais antiga.

Texto escrito por Washington Lopes. Ajudante parlamentar sênior no Serviço de Apoio Administrativo do NALSGM e membro do Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/videos/preciso-me-encontrar-um-caminho-entre-memoria-e-liberdade

As joias das mulheres negras no protagonismo da luta pela liberdade



Visitar a exposição “Ancestral: Afro-Américas” em Belo Horizonte, em abril de 2025, proporcionou a mim um encontro revelador com as “joias de crioula”. A experiência despertou uma profunda curiosidade em desvendar o significado literal e simbólico dessas preciosidades legadas por nossas incríveis mulheres negras ancestrais. Compreender que as joias transcendem o mero adorno, representando resistência e luta, fortalece ainda mais nossa conexão com a ancestralidade.

De volta à Brasília, compartilhei minha viagem no Comitê de Equidade de Gênero e Raça e minha amiga Deiziane Costa quis entender melhor a importância dessa história para a cultura brasileira. Juntas, começamos a refletir sobre a importância do tema, principalmente no contexto de abolição da escravidão. Percebemos que, mesmo tendo um grande papel na luta das mulheres negras, as joias crioulas ainda recebem pouca visibilidade. Decidimos pesquisar mais e escrever este artigo.

Muito antes do dia da “Abolição da Escravidão”, as mulheres negras já eram protagonistas na história da luta pela liberdade. Um dos fatores que podemos usar para mostrar essa afirmação é o enredo das joias crioulas, um símbolo de resistência, identidade e afirmação social.

As “joias de crioula” surgiram no contexto das populações negras e afrodescendentes no Brasil, especialmente durante a pós-abolição, como uma forma de afirmação identitária, resistência cultural e mobilidade social. Essas

joias, marcadas por estilos próprios e símbolos herdados de tradições africanas, eram confeccionadas com metais nobres e pedras preciosas, carregando significados que iam além da estética. Ao usá-las, mulheres negras livres e libertas, em especial, demonstravam poder, ancestralidade e pertencimento a uma cultura própria que resistia à imposição da branquitude dominante.

Nesse contexto, as joias crioulas se tornaram instrumentos de luta e de ressignificação de identidade. Carregavam um sentido duplo: ao mesmo tempo em que representavam uma afirmação estética, afirmando sua beleza humana e dignidade, (uma resposta direta ao estereótipo racista de que mulheres negras eram desarrumadas ou deselegantes), também simbolizavam resistência, independência e novo status social.

Do ponto de vista econômico, o movimento das "joias de crioulas" desempenhou um papel importante para a autonomia financeira de mulheres negras. Muitas delas tornaram-se ourives, artesãs ou comerciantes, utilizando o saber ancestral como ferramenta de geração de renda. As "joias de crioula", que hoje são símbolo de estilo, na época da escravização eram símbolos que traziam beleza, mas, ao mesmo tempo, resistência. Resistencia das mulheres que, ao conquistarem sua liberdade, juntavam pequenas quantidades de dinheiro trabalhando em pequenos negócios ou vendendo produtos, como doces e quitutes, e investindo em joias para comprar a liberdade das outras mulheres negras. Além da resistência, as mulheres crioulas contribuíram também para a economia daquela época.

As joias funcionavam também como forma de investimento e poupança: ao invés de guardar dinheiro em bancos — muitas vezes inacessíveis — as mulheres crioulas transformavam seus recursos em adornos de valor, que podiam ser vendidos ou trocados em momentos de necessidade. Assim, o uso e a produção dessas joias contribuíam para uma economia paralela e solidária dentro das comunidades negras.

Atualmente, as "joias de crioula" podem ser utilizadas como adornos ou acessórios imprimindo um determinado estilo em relação a moda, mas é necessário, também, que a história das joias seja lembrada por ter sido símbolo de resistência e aquilombamento no Brasil.

Texto escrito por: Deiziane Vieira, estagiária do Núcleo de Coordenação de Ações de Diversidade, Equidade e Inclusão e, Ludmila Neves, vice coordenadora do GT de Raça e do Comitê de Equidade do Senado Federal.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/as-joias-das-mulheres-negras-no-protagonismo-da-luta-pela-liberdade

‘Um Defeito de Cor’: leitura que atravessa gerações, corpos e consciências



“Exu matou um pássaro ontem com a pedra que jogou hoje.”

Começo evocando esse provérbio ancestral Iorubá que abre o último capítulo da obra Um Defeito de Cor (Record, 2006) e que, desde que chegou até mim, nunca fez tanto sentido. Compreender esse provérbio é também compreender que passado, presente e futuro não se separam: se atravessam, se misturam, se explicam.

Talvez não tenha sido coincidência este livro ter me encontrado neste momento. Certos encontros não são casuais, são chamados. São respostas. São parte de um movimento muito maior, que vem de longe, vem do Daomé, do Atlântico, dos terreiros, dos quilombos, das ruas e dos espaços que, historicamente, fomos impedidos de ocupar, mas que agora reivindicamos por direito.

Um Defeito de Cor não é apenas um livro. É um portal. Um chamado à memória, à ancestralidade, à revolução. É a história de Kehinde, mulher preta, africana, arrancada de sua terra – a nossa terra, mãe África –, sequestrada de sua cultura, mas que jamais abriu mão da própria essência. A trajetória, ainda que atravessada pela dor, é também uma ode à resistência, à criatividade e à potência de um povo que nunca caminhou só. Caminhamos com os nossos. Com os presentes e com aqueles que jazem no fundo do mar, não como insepultos, mas eternamente vivos na nossa memória.

Ler esta obra é se reconhecer. É entender que a história do Brasil, a verdadeira, não cabe nos livros oficiais, nem nas narrativas embranquecidas que nos foram impostas. Ela pulsa nas cicatrizes abertas, na luta cotidiana, nos corpos que se recusam a ser silenciados.

Este livro nos convoca a olhar para a espiritualidade que tentaram criminalizar, para os saberes que quiseram apagar, para as culturas que buscaram aniquilar, mas que seguem vivas. Somos, sim, herdeiros de reis e rainhas, de um povo que foi massacrado, mas que, ainda assim, segue nos ensinando a erguer nossas cabeças todos os dias.

A revolução é ancestral. É feita na palavra, na escrita, na memória, no corpo e, sobretudo, no ato de ocupar espaços de decisão. Porque estar presente nesses espaços é também rasgar os véus do apagamento histórico e lembrar: nós existimos. Nós resistimos. Nós reexistimos.

Kehinde ousou, e ousou muito. Desafiou um mundo que lhe dizia não, que lhe negava a humanidade. E, ainda assim, construiu pontes, abriu caminhos e nos deixou a lição de que jamais seremos apenas o que tentaram nos fazer acreditar.

Um Defeito de Cor não é apenas uma obra literária. É um manifesto. Um grito. Um reencontro com aquilo que nos foi roubado, mas que nunca deixou de pulsar dentro de nós.

Que esta leitura encontre mais corpos, mais mentes e mais corações dispostos a entender que a luta por dignidade não é do passado: ela é urgente, presente e cotidiana. Que sejamos, como Kehinde, a semente presente do futuro, uma cor sem defeitos, que resplandece, pulsa, resiste e floresce!

Texto escrito por Jessica Cardoso. Cientista Política e auxiliar parlamentar pleno do Senado. Membro do Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/um-defeito-de-cor-leitura-que-atravessa-geracoes-corpos-e-consciencias

A sabedoria das plantas que curam



Meu colega e amigo Devair me trouxe a informação de que, dentro dos sistemas de crença das religiões de matriz africana, as espécies botânicas que florescem espontaneamente em espaços ocupados por humanos (sejam zonas rurais, urbanas ou tradicionais) não surgem de forma aleatória. Plantas que vicejam de modo displicente carregam especificidades próprias para aquele local: trazem cura para os males presentes naquele contexto. Em outras palavras, o chamado "mato" que cresce em quintais, terrenos baldios, caminhos ou mesmo em brechas do asfalto – essas plantas costumeiramente indesejadas pelo senso comum – surgem para nos curar, a nós e às nossas comunidades.

Plantas não cultivadas migram junto com as populações humanas e até acompanham as triviais mudanças domésticas. Há plantas que realizaram percursos mirabolantes, à revelia de seus parceiros humanos. Um exemplo é o picão-branco (Galinsoga parviflora), muito comum nas beiras de calçadas em Brasília e presente em várias partes do mundo. Planta da culinária tradicional dos povos andinos, foi levada à Europa pelos espanhóis e, após a tomada de Madri pelos franceses, espalhou-se com as guerras napoleônicas. Daí seu atual nome na Europa Continental, soldado de Napoleão, devido ao seu vigor expansionista. É uma espécie cosmopolita, onipresente, porém desprezada, apesar de sua delicada beleza, rusticidade, florescimento contínuo e sabor suave.

Outro exemplo é a tanchagem (Plantago Major), considerada um bioindicador da civilização ocidental: onde o ocidental pisou, lá nasceu tanchagem. A ela se somam borragens, dentes-de-leão e, por outros caminhos, espécies levadas pela diáspora africana como o melão-de-São-Caetano (Momordica charantea) ou as diversas plantas forrageiras. Há também as malfadadas braquiárias (Brachiarias ssp.), que acompanham a pecuária desde a aurora do Brasil, entre uma infinidade de outras espécies que servem de remédios, alimentos e ornamento.

No entanto, no caso das culturas africanas – especialmente entre o chamado Povo de Santo, das religiões afro-diaspóricas – essas companheiras de viagem dos humanos não são clandestinas, tampouco indesejadas. São dádivas, com uma função específica a cumprir em determinada circunstância. Vêm conosco para nos curar dos males do mundo, presentes em definido contexto.

Cresce no Senado

Dentro do nosso próprio espaço, nas áreas não construídas e não ajardinadas do Senado, há manifestações dessas e correlações com as nossas necessidades. Em brechas e cantos brotam espontaneamente inúmeros remédios naturais. Destaco aqui três espécies, entre tantas:

- O mastruz (Dysphania ambrosioide), de uso tradicional no alívio de dores articulares e musculares. O desconforto é comum entre aqueles que permanecem sentados por longos períodos. Aqui no Senado, cresce em áreas próximas às guaritas e alambrados, onde se esquivam de forma heróica de nossa sanha de arrancar matos.

- O capim-guiné (Petivéria tetandra). Reconhecido por suas propriedades antifúngicas, também viceja nas adjacências do Bloco 14 e do antigo Serviço Médico. Sua ação é especialmente relevante para quem trabalha em ambientes fechados com ar-condicionado, onde é comum o surgimento da chamada "síndrome do edifício doente", provocada pela proliferação de fungos no ar.

- A espada-de-São-Jorge (Sanseveria trifasciata sp). Embora comumente cultivada como ornamental, espalhou-se pelo Senado atendendo tanto a necessidades materiais quanto a demandas simbólicas. Apesar de não ser espontânea, sua função de cura se justifica: estudos recentes comprovaram sua capacidade de absorver aerossóis em ambientes fechados. Essa qualidade já era reconhecida pelo saber popular, muito antes da validação científica.

Na tentativa de explicar para além da crença, busco argumentação no conhecimento pós-moderno, que rompe com a ideia de uma verdade única e questiona os próprios fundamentos da ciência. Explicações mecanicistas ou lineares muitas vezes fracassam diante do mundo biológico e das ciências sociais. Por isso, buscamos novas perguntas, abrindo-nos a um mundo emotivo, sensual, imaginativo e artístico – que é, afinal, o mundo tal como verdadeiramente se apresenta.

Trata-se de uma cosmovisão reativa ao hegemônico, ao industrial, ao pragmático e ao etnocêntrico. Uma tentativa de reencontrar o encantamento do mundo.

Texto escrito por Erico Zorba, integrante do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/a-sabedoria-das-plantas-que-curam

Lei Afonso Arinos: o começo das leis antirracistas



No dia 3 de julho, celebramos o aniversário da Lei Afonso Arinos (Lei 1.390, de 1951), pioneira na criminalização do racismo no Brasil. Frequentemente ouço argumentos contra políticas antirracistas baseados na ideia de que “somos todos iguais” ou de que “existe apenas a raça humana”. Embora biologicamente correta, essa visão ignora a realidade social: antes mesmo da lei, a Constituição de 1946 já declarava a igualdade perante a lei, mas sem mecanismos punitivos. Como aprendi em disciplinas de Direito (minha graduação é em TI), “uma norma sem sanção é inócua”, incapaz de alterar comportamentos.

Foi a vergonha nacional, não a ética, que impulsionou a criação da Lei Afonso Arinos. Em 1950, a renomada artista afro-americana Katherine Dunham – bailarina, antropóloga e ativista – foi barrada no Hotel Esplanada em São Paulo por ser “mulher de cor”. Ao denunciar o episódio durante um espetáculo, expôs o racismo estrutural e institucional que contradizia o “mito da democracia racial brasileira”. Esse mito pinta a miscigenação como sendo sempre um processo harmonioso, escondendo a realidade: o estupro de mulheres negras escravizadas e indígenas “pegas no laço” (muitas menores); a reprodução de seres humanos escravizados em “fazendas de sexo” no período escravagista; a política de incentivo estatal à migração europeia para embranquecer o país e a exclusão racial que ainda hoje empurra nós, negros, para periferias e nos ausenta dos espaços elitizados e de poder. O constrangimento internacional foi decisivo: acredito que se a vítima fosse uma mulher negra brasileira, talvez o caso sequer virasse notícia. Frases como “ponha-se no seu lugar!”, ainda hoje, são ouvidas por muitos de nós, negros, e, até pouco tempo, o elevador de serviço era indicado para serem utilizados por

pessoas negras. Em geral, o brasileiro não vê problema em ser racista. O brasileiro vê problema é o constrangimento de ser visto ou ser apanhado sendo racista. Voltando à história: com o caso em destaque na mídia, o deputado Afonso Arinos aprovou, na Câmara dos Deputados, projeto que tipificava alguns atos racistas como contravenção penal. Em 3 de julho de 1951 foi por unanimidade no Senado. Na sequência, foi à sanção do Presidente Getúlio Vargas.

Todavia, como sempre, as pautas progressistas no país produzem efeitos muito "lentamente" – o Brasil foi o último a abolir oficialmente a escravidão, por exemplo, após um longo processo de criação de leis que adiavam o inevitável. A Lei Afonso Arinos só alcançaria uma brasileira 20 anos depois: em 1970, a jornalista Glória Maria, impedida de entrar em um hotel do Rio, tornou-se a primeira a acioná-la. O caso, amplamente noticiado na TV, gerou comoção e expôs a resistência habitual brasileira em mudar de hábitos.

Hoje, me causa muita estranheza ver que, mesmo sendo o crime de racismo classificado como inafiançável e imprescritível (Lei 7.716, de 1989), raramente há condenações. Muitos casos são tratados apenas como injúria racial, com penas abrandadas mesmo que equiparado ao crime de racismo.

Só para lembrar: o crime de racismo é um ataque contra um grupo inteiro de pessoas por causa da raça, cor, etnia, religião ou origem nacional. O alvo não é uma pessoa específica, mas a coletividade como um todo. Por exemplo: em uma empresa, na hora de decidir uma promoção para um cargo de liderança que envolve contato com clientes internacionais, um diretor comenta sobre uma funcionária negra, extremamente qualificada: "Ela é excelente tecnicamente, mas será que tem o perfil para esse cliente? Eles são muito tradicionais na Alemanha... Talvez seja melhor colocar o Pedro nessa, para evitar qualquer ruído, sabe? Não quero constrangê-la nem prejudicar o contrato." É racismo porque a justificativa do "perfil" ou "evitar constrangimentos" nega a oportunidade profissional baseada em estereótipos racistas (a ideia de que uma pessoa negra não seria bem aceita por clientes "tradicionais" ou não teria "presença" adequada). Isso atinge a coletividade negra, perpetuando barreiras invisíveis à ascensão profissional (racismo estrutural). Já o crime de injuria racial é ataque é direto e pessoal. É quando alguém usa elementos ligados à raça, cor, etnia, religião ou origem para ofender a honra de uma pessoa específica. Por exemplo: durante uma discussão de trânsito, um motorista grita para uma mulher negra: "Sai da frente, sua macaca!". Isso é injúria racial. A ofensa ("macaca") usa um elemento racial para atingir diretamente a honra daquela mulher específica, humilhando-a pela sua cor/raça.

Tivemos 388 anos de escravidão oficial no Brasil contra apenas 137 anos de abolição "incompleta". Esse longo e perverso período de escravidão moldou o inconsciente coletivo de todos nós, brasileiros. Precisamos, todos nós, de um exame de consciência urgente para extirpar os vieses racistas que insistem em transparecer em nossas relações sociais com graves consequências. Por exemplo: a imprensa publicou, neste mês, matérias sobre jovens brancos menores de idade

que cometeram vários crimes, entrando facilmente pelas portarias de condomínios fortemente vigiadas. Isso só foi possível pelo fato de eles serem brancos, isto é, não terem o "perfil" de pessoas suspeitas. Se fossem jovens negros, certamente não teriam acessado os condomínios. Jovens negros, mesmo sendo honestos, possuem o "perfil" de suspeitos. Prova disso é a abordagem agressiva sofrida em 2024 pelos meninos do Canadá, Gabão e Burkina Faso que apenas passeavam por Ipanema. Eles foram revistados pela polícia carioca sem qualquer motivo além da cor da pele. Assim, jovens brancos que deveriam levantar suspeitas não são vistos assim e negros que não deveriam levantar qualquer suspeita são vistos com tal gerando uma grande injustiça social.

Recomendo, se ainda vocês não fizeram, a leitura do livro Como Não Ser Racista – mesmo que você jure que não é! editado pelo Sindilegis em parceria com o Comitê de Equidade do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, A obra, escrita por Cristiane Sobral e ilustrada por Vanessa Ferreira (Preta Ilustra), com prefácio do cantor Toni Garrido e da advogada Fayda Belo.

E vale a pena ler o Arquivo S sobre a Lei Afonso Arinos.

Texto escrito por Devair Sebastião Nunes, analista legislativo de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/07/lei-afonso-arinos-o-comeco-das-leis-antirracistas

Mary Kenner: negra e inventora do absorvente higiênico feminino



“É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio.” – Sueli Carneiro

Você sabia que uma mulher negra criou um acessório que eu uso, assim como todas as mulheres cis e homens trans, em um período de suas vidas? Refiro-me ao absorvente.

Outro dia, eu me peguei pensando: quantas invenções que usamos no dia a dia foram criadas por mulheres? E mais: quantas delas foram criadas por mulheres negras, que ficaram no anonimato? A procura de respostas me levou a conhecer a história de Mary Beatrice Davidson Kenner, que causou em mim um misto de admiração e revolta.

Mary Kenner (1912–2006) foi uma mulher negra norte-americana, filha de uma família de inventores (sim, inventores: o avô, o pai e até a irmã registraram patentes ao longo da vida). Desde pequena, ela já demonstrava interesse e talento na busca de soluções práticas para facilitar a vida das pessoas.

E uma de suas invenções mudaria a rotina, e a dignidade, de milhões de mulheres no mundo inteiro: o absorvente moderno. Esse acessório essencial para a nossa saúde, nosso conforto e, principalmente, para a nossa dignidade, foi inventado por uma mulher negra, de quem poucos ouviram falar, graças ao racismo e machismo que tentaram tirá-la de cena.

Corria o ano de 1957 quando Mary patenteou um modelo de cinto higiênico com bolso à prova de umidade, o precursor do absorvente descartável como conhecemos hoje. Uma grande empresa chegou a demonstrar interesse em comercializar o produto, mas desistiu do negócio quando descobriu que a inventora era mulher e negra.

Isso mesmo! A empresa desistiu por puro preconceito, segundo relatos de Mary, que nunca recebeu um centavo sequer por sua criação. A patente expirou e o produto foi parar no domínio público. Roubaram sua ideia, seu crédito, sua oportunidade. Ela foi simplesmente sabotada.

A verdade é que Mary Kenner foi uma figura pioneira e injustamente ignorada pela história. E por quê? Por ser mulher. Negra. Inventora.

Até quando seguirão nos negando o reconhecimento que merecemos? Até quando seremos apagadas da história, mesmo quando nossas criações estão na palma da mão ou no nosso corpo? Tentam nos silenciar, nos invisibilizar, mas não conseguem. Nunca conseguiram.

Somos brilhantes. Somos competentes. Somos criadoras. E não aceitaremos o apagamento.

Quase 70 anos depois, dou minha pequena contribuição para divulgar a façanha de Mary no Brasil.

E aqui cabe um parêntese, para lembrar que o nosso país é um dos poucos no mundo que conta com uma política pública ampla, permanente e gratuita de combate à pobreza menstrual.

Isso aconteceu graças à iniciativa de uma mulher, parlamentar nordestina que, em 2019, teve aprovado no Congresso Nacional seu projeto para instituir o fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas que ofertam os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

A transformação em lei demorou um pouco: só aconteceu com a sanção do Poder Executivo, quatro anos depois. Assim, desde 2023, o Brasil tem uma política permanente do SUS que distribui absorventes gratuitamente a pessoas em situação de vulnerabilidade, buscando reduzir desigualdades e assegurar dignidade.

Dignidade esta com que deve ser tratada a história de Mary Kenner, que foi também um exemplo de resiliência. Ela se dedicou a outras inovações práticas, como um andador com bandeja e compartimento para objetos, e registrou cinco patentes, mais do que qualquer outra mulher negra nos Estados Unidos.

Se o assunto lhe despertar o mesmo interesse que em mim provocou, recomendo a leitura do livro História Preta das Coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras, de autoria da intelectual Bárbara Carine.

A obra é um convite, indispensável e necessário, para aqueles que desejam (re)conhecer quem esteve nos bastidores da criação e da inovação, mas foi sistematicamente deixado de fora dos livros de história.

Mary, que você saiba: nós lembramos. Nós reconhecemos. A sua história será contada, compartilhada e celebrada, inspirando-nos a ousar, criar e construir legados indispensáveis, tão potentes em sua essência que intimidam qualquer tentativa de nos silenciar ou invisibilizar.

É preciso lutar, sempre, contra o apagamento.

Texto escrito por Jessica Cardoso. Cientista Política e auxiliar parlamentar pleno do Senado. Membro do Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/07/mary-kenner-inventora-negra

Uma história negra no pilates



Minha história de amor com o pilates começou por uma lesão no joelho, tal qual aconteceu com a aclamada coreógrafa negra Kathy Stanford Grant, que ousou ao popularizar e transformar o método de exercícios.

Isso mesmo: o que quase ninguém conta é que temos uma história negra no Pilates, e ela foi escrita por uma mulher que desafiou todas as barreiras. Kathy foi a única mulher preta a ter acesso direto a Joseph Pilates, o inventor da modalidade.

Nascida em 1921, Kathy sonhava desde cedo em se tornar bailarina clássica e marcou a história ao se tornar a primeira aluna negra a ingressar no Conservatório de Música de Boston.

Movida por sua paixão pelas artes cênicas, seguiu para Nova York, onde, apesar das limitações discriminatórias que a indústria tentou lhe impor como jovem bailarina negra, estrelou o primeiro espetáculo integrado da Broadway.

Dali em diante, ela levou seu talento como bailarina e coreógrafa para a Europa e se apresentou ao lado de músicos icônicos. No auge de sua ascensão, entretanto, uma lesão grave no joelho interrompeu seu caminho e alterou sua trajetória profissional.

Por recomendação de um amigo, Kathy recorreu a Joseph Pilates, o criador de um método de exercícios chamado contrologia. Após constatar os benefícios da técnica, que se popularizou com o nome de seu inventor, tornou-se uma das poucas a aprender o método diretamente com o mestre.

Após receber sua certificação, usou suas habilidades para treinar colegas dançarinos. Mais tarde, abriu seu próprio estúdio em Nova York, em um prestigiado espaço frequentado pela elite. Na época, havia apenas três estúdios de pilates no mundo inteiro, e Grant possuía um deles.

Kathy sofreu muito racismo, mas, com garra e determinação, passou a treinar bailarinas negras do recém-formado Dance Theater of Harlem. Também treinou bailarinos como Sarita Allen, atualmente referência no pilates clássico, estrelas de cinema, cantores negros e dançarinos brancos das mais renomadas companhias de balé e dança moderna.

Ao longo de sua carreira nas artes e no movimento, criou várias técnicas e inovações para o método e trabalhou para torná-lo mais acessível a todos, criando instruções baseadas em imagens. Graças, em grande parte, aos instrutores negros que perseveraram e aos atletas, atores e músicos que popularizaram o pilates na comunidade negra, a diversidade começou a surgir nesse universo.

Desde seu início, o pilates se estabeleceu como domínio de pessoas brancas e privilegiadas. O método, muitas vezes com um custo proibitivo, não era visto como acessível à comunidade negra. Consequentemente, gerava poucas oportunidades de educação profissional para pessoas não brancas e afastava os clientes negros.

No Brasil, só em 1991 o primeiro estúdio foi aberto, em Salvador, por Alice Becker, a primeira brasileira a se certificar para instrução da técnica. Desde então, a prática tem conquistado inúmeros adeptos.

Para mim, pilates é arte, é meditação em movimento, é ancestralidade pulsando no corpo. Cada exercício é uma forma de me reconectar comigo mesma, encontrar equilíbrio e abrir caminhos.

Com foco no *core*, nosso centro, os exercícios são lentos e controlados, fortalecendo músculos, aumentando a flexibilidade e a mobilidade articular, além de integrar mente, corpo e espírito. Muitas vezes comparado à ioga, o pilates tem impacto extremamente baixo, sendo uma prática completa de consciência corporal e bem-estar.

Nossos corpos importam nesses espaços. Pertencemos a este lugar e aonde quisermos estar. Somos o projeto que reivindica nosso espaço de direito. Em um mundo que nos diz que somos muito sombrios, intensos demais, barulhentos, cruéis ou duros, merecemos a recuperação. Precisamos de um refúgio onde possamos buscar ativamente a nossa própria cura.

É preciso coragem para priorizar a nossa saúde em uma sociedade marcada pelo racismo, que ignora nosso bem-estar. Espera-se que nos movamos silenciosamente por um mundo que nos sufoca. Portanto, honrar nossos corpos, aprendendo a nos tornar mais conscientes e intencionais, é um ato revolucionário.

Texto escrito por Jessica Cardoso. Cientista Política e auxiliar parlamentar pleno do Senado. Membro do Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/08/uma-historia-negra-no-pilates

Agojie: força e legado das guerreiras do Daomé



”As Amazonas Veteranas de Béhanzin”, fotografadas por Edmond Fortier em Daomé, atual Benim, em 1908

Muitos já haviam ouvido falar nas guerreiras africanas Agojie no cinema quando Pantera Negra, de 2018, inspirou-se nas combatentes do Daomé para apresentar o regimento feminino Dora Milaje. Em 2022, quando Mulher Rei estreou, fui ao cinema ansiosa para conhecer mais sobre a história dessas mulheres.

Saí da sala fascinada, tomada por um ímpeto de lutar contra o mundo injusto e racista que tenta moldar nossas narrativas. Senti pulsar em minhas veias a força e a autenticidade de mulheres que desafiavam estereótipos em épocas tão remotas.

O filme não mostrava apenas mulheres guerreiras, mas também representatividade, ancestralidade e uma força descomunal que pulsa através dos séculos. Era como se aquelas mulheres me dissessem: “Vamos! Ninguém pode te parar. Nós estamos com você”.

As Agojie são reais: existiram entre os séculos 17 e 19, no Reino do Daomé, atual Benim. Elas formavam o único exército exclusivamente feminino documentado na história moderna. Poderosas, influentes e determinadas, eram consideradas a força militar mais temida da região. Historiadores indicam que, provavelmente, começaram com a rainha Hangbè, que reinou ao lado do irmão gêmeo no início dos anos 1700, mantendo uma comitiva de guarda-costas femininas.

As Agojie atingiram seu auge durante os reinados de Ghezo (1818-1858) e do filho Glélé (1858-1889), período conhecido como a era de ouro da história daomeana.

Elas eram não apenas guerreiras, mas também líderes respeitadas, influentes na política e na proteção do reino. Parte do trabalho dessas guerreiras incluía libertar cativos destinados à escravidão, mostrando que o uso da força não se limitava à guerra, mas também à justiça social.

No romance Um Defeito de Cor, a autora Ana Maria Gonçalves descreve a imponência dessas mulheres e transmite um desejo de segui-las, sentimento que também experimentei. No entanto, não se pode romantizar todos os atos das Agojie: naquele período, muitas circunstâncias as colocavam não apenas como guerreiras contra a escravidão, mas também como instrumentos de conquista de poder, por vezes através de práticas que não beneficiavam integralmente o próprio povo.

A história colonial é implacável e, em meio a alianças e disputas, até mesmo mulheres vistas como heroínas foram transformadas em moeda de troca, subordinadas à lógica da negociação capitalista entre o reino local e o inimigo colonizador. Ainda assim, é crucial manter viva a memória dessas mulheres que representavam poder e imponência para que a força delas continue a ecoar em nossas lutas cotidianas.

A chegada dos colonizadores franceses alterou profundamente a sociedade daomeana. Eles impediram as mulheres de exercer liderança política, destruíram oportunidades educacionais e apagaram essa história do currículo escolar.

O economista beninense Leonard Wantchekon, líder de uma pesquisa que busca identificar os descendentes das Agojie, afirmou que “os franceses garantiram que essa história não fosse conhecida. Disseram que éramos atrasados, que precisavam nos ‘civilizar’, mas destruíram oportunidades para as mulheres que não existiam em nenhum outro lugar do mundo”.

Hoje as Agojie são um símbolo de força, coragem e ancestralidade. Monumentos no Benim, como a imponente estátua de bronze que representa uma guerreira Agojie em posição de combate, ajudam a reconstruir a memória histórica dessas mulheres. Elas lembram ao mundo que o poder feminino não é mito, mas parte essencial da organização militar e cultural.

As Agojie provam que a história não deve ser narrada pelos colonizadores. Ela precisa ser ressignificada e celebrada por suas descendentes, inspirando novas gerações a se reconhecerem na força e na coragem de suas ancestrais.

Texto escrito por Jessica Cardoso. Cientista Política e auxiliar parlamentar pleno do Senado. Membro do Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/09/agojie-forca-e-legado-das-guerreiras-do-daome

Comitê de Equidade celebra Dia do Poeta com versos sobre a força de ser quem somos



Esta semana é marcada pelo Dia do Poeta, comemorado em 20 de outubro. A data foi criada em 1999, durante a 30ª Conferência Geral da Unesco, com o objetivo de dar novo reconhecimento e impulso aos movimentos de poesia nacionais, regionais e internacionais.

O Comitê Permanente de Raça e Gênero (Coprig) celebra a data com o poema Eu Sou!, escrito por Jéssica Cardoso.

Eu sou!

Sou quem quero ser.

Corro atrás do que quero, desejo muito,
e às vezes me perco de tanto querer.

Abraço o mundo, as pessoas, meu ser.

Sou inteira quando estou em mim
e me permito quando estou a fim.

Mergulho fundo em águas
e só saio quando me falta o fôlego.

Ai de mim se não fosse eu,
se não fossem os meus.

Quem me guarda não dorme,
embala, conduz e guia.

Celebro quem sou,
um projeto dos que sonharam, lutaram e se libertaram.

Início, meio e fim.

Texto escrito por Jessica Cardoso. Cientista Política e auxiliar parlamentar pleno do Senado. Membro do Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/comite-de-raca-e-genero-celebra-dia-do-poeta

Dez ações que pessoas brancas podem fazer para diminuir o racismo



Novembro chega trazendo consigo o Mês da Consciência Negra, sendo 20 de novembro o Dia da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares.

É comum que muitas pessoas considerem essa data e a luta antirracista uma tarefa apenas da população negra (pessoas pretas e pardas). No entanto, é fundamental entender que, se o racismo foi historicamente construído e perpetuado por pessoas brancas, elas são justamente os principais agentes a se engajarem nessa mudança.

É urgente e necessário que todas as pessoas se envolvam, de forma ativa e consciente, no combate a preconceitos – desde os mais escancarados e ainda presentes na sociedade, até aqueles velados e sorrateiros, mas que ficam evidentes para pessoas negras.

O privilégio branco está presente em toda a sociedade e naturalizá-lo perpetua a discriminação e o racismo. A luta antirracista deve ser abraçada por todas as pessoas em todos os ambientes: no trabalho, na vida em família, nos espaços de tomada de decisão e de voz e, sobretudo, nas escolas.

Pensando nisso, apresentamos dez ações para que pessoas brancas possam atuar efetivamente na luta antirracista. São pontos de partida – muitos outros poderiam ser listados aqui. Junte-se a nós nessa causa, pois um país justo se faz com igualdade e respeito com a contribuição de todas as pessoas.

1. Eduque-se ativa e constantemente

Busque conhecimento sobre os racismos estrutural, institucional e recreativo, branquitude e privilégio branco por conta própria, sem sobrecarregar pessoas negras com demandas explicativas.

- Leia autoras e autores que escrevem sobre negritude, branquitude e pautas raciais, como Djamila Ribeiro, Silvio Almeida, Sueli Carneiro, bell hooks e Angela Davis. A bibliografia sobre a temática é vasta, tem autoria negra e pode ser encontrada facilmente, inclusive na Biblioteca do Senado.

- Acesse obras gratuitas, como Como Não Ser Racista, publicada pelo Sindilegis e disponível na Biblioteca Digital do Senado.

- Explore documentários sobre a temática racial e o combate ao racismo, como os listados no portal da UFES, que reúne 28 títulos sobre o tema.

- Ouça podcasts como Alma Pretinha e História Preta e siga intelectuais negras e negros nas redes sociais, como Bárbara Carine, Fayda Belo, Prof. Marinho Soares, Sulivã Bispo, Chavoso da USP, entre outros.

2. Reconheça e questione seu privilégio branco

Entenda que privilégio branco não significa que sua vida não tenha sido difícil, mas que a sua cor da pele não foi um dos fatores que a tornou mais complicada.

- Ao presenciar situações corriqueiras, reflita sobre como a sua cor de pele influencia no tratamento que você recebe. Questione-se: “Isso aconteceria comigo da mesma forma se eu fosse uma pessoa negra (preta ou parda)?”

- Faça o teste do pescoço: em lojas, restaurantes, shows e passeios, olhe em volta e perceba quantas pessoas negras estão na mesma condição de cliente como você. Quem são as pessoas que têm o mesmo acesso ao lazer e à cultura que você? Quem são as pessoas que trabalham para atender e permitir que as coisas aconteçam para você?

3. Enfrente o racismo no cotidiano, como microagressões e piadas

Quem se cala, consente. Intervenha de forma educada, porém firme, quando presenciar comentários racistas, mesmo os disfarçados de brincadeira, entre familiares, pessoas amigas ou colegas de trabalho. Você pode começar pelas leituras do artigo “13 microagressões sofridas diariamente por quem é negro”, do Instituto Geledés, e do livro Racismo Recreativo, de Adilson Moreira.

- Questionar o suposto humor contido em piadas racistas é uma forma de fazer com que o outro reflita. Usar frases como “Por que você acha isso engraçado?” ou mesmo pedir que a suposta piada seja explicada, com “Você pode explicar o que quis dizer com isso?” não só devolve o constrangimento da situação como permite a reflexão de quem falou;

- Caso não funcione ou já tenha tentado essa abordagem, não há problema em ser direto: “Esse tipo de comentário é preconceituoso e racista, e você tem reiterado em falas assim”.

4. Amplifique vozes negras

Crie espaços de visibilidade para profissionais, artistas, escritoras, escritores e intelectuais negras e negros.

- Garanta que pessoas negras sejam ouvidas e creditadas por suas ideias em reuniões;

- Compartilhe o trabalho de criação de conteúdo por pessoas negras e cite deliberadamente profissionais negras e negros para embasar argumentos;

- Priorize o consumo de produtos e serviços de empresas lideradas por pessoas negras;

- Ao convidar palestrantes e compor mesas em eventos institucionais, garanta a presença de especialistas negras e negros, preferencialmente mulheres, lembrando que sua expertise vai muito além do tema racismo. O que falta a esses excelentes profissionais não é competência, mas oportunidades e o justo reconhecimento, inclusive financeiro.

Muitas pessoas negras têm como tema de pesquisa e de fala a temática racial, e é necessário que elas sejam ouvidas e tenham espaço. Entretanto, pessoas negras ocupam espaços de liderança, conhecimento e pesquisa em diversas áreas do conhecimento, e querem falar sobre todos os temas.

5. Revise e diversifique seu círculo social e de consumo cultural

Questione se suas amizades, seus livros favoritos, os filmes a que você assiste e os artistas que ouve são majoritariamente brancos. Busque ativamente diversificar suas referências e relações.

- Siga artistas negras e negros, assista a filmes com elencos majoritariamente negros, leia livros de autoria negra;

- Amplie seu círculo de amizades para incluir pessoas negras e seja uma pessoa presente para esse círculo de amizades.

Uma visão de mundo plural é construída com experiências plurais. Assim, você descobrirá pouco a pouco como a experiência racializada – vivida por pessoas negras – pode ser diferente da sua em inúmeras perspectivas. Isso diversificará o seu repertório de vivências e conhecimentos, tornando você também uma pessoa mais plural e interessante.

Isso é muito importante especialmente na educação de crianças, para que elas percebam que o mundo não é "monocromático" e que não é natural conviver apenas em círculos de pessoas brancas.

6. Atue no campo político e institucional

O racismo é um sistema, e combatê-lo exige mudanças estruturais.

- Apoie e vote em candidaturas negras que defendam a pauta racial;
- Cobre de autoridades o posicionamento efetivo sobre questões raciais;
- Cobre de empresas iniciativas efetivas de promoção da igualdade racial e privilegie comprar de empresas que tenham essa postura;
- Participe de campanhas por causas antirracistas;
- Caso atue em cargos decisórios, considere os critérios de raça ao impulsionar e visibilizar lideranças;
- No Senado, participe e divulgue entre sua equipe as ações promovidas pelo Comitê Permanente de Gênero e Raça e pelo GT de Afinidade de Raça.

7. Faça uma autocrítica constante

Reconheça que, por ter sido socializado em uma sociedade racista, você, como toda a população brasileira, internalizou vieses inconscientes.

- Permita-se correções: quando uma pessoa negra (preta ou parda) apontar um comportamento seu como problemático, ouça, não fique na defensiva e reflita sobre isso;
- Não diga que é "mimimi": permita-se aprender e desconstruir preconceitos a todo o momento. O desconforto é parte necessária do aprendizado

8. Revise sua linguagem e abandone termos racistas

- Elimine palavras e expressões de origem preconceituosa, como "denegrir", "serviço de preto", "cabelo ruim", "mulata", entre outros;
- Eduque seu círculo social sobre o impacto negativo desses termos. Evoluir nosso modo de falar para não ofender é um ato de educação e humanidade básica.

A língua é viva e se transforma com o tempo. Termos que tinham um propósito no passado podem ter outro significado hoje. Devemos priorizar o respeito ao próximo sobre qualquer purismo linguístico: se machuca, não use.

No projeto Racismo em Pauta, você pode conhecer outros exemplos de expressões para excluir do seu vocabulário, além de alternativas a elas.

9. Apoie financeiramente e de forma logística causas antirracistas

O movimento antirracista precisa de recursos para alcançar a justiça social.

- Doe para coletivos, organizações não-governamentais (ONGs) e fundos de apoio legal a vítimas de racismo;
- Se tiver habilidades específicas, como em design direito, contabilidade, entre outros, ofereça seu trabalho *pro bono* a essas organizações

10. Eduque seu círculo e use sua influência

Compartilhe o que aprendeu com outras pessoas brancas e use sua posição para promover ambientes verdadeiramente inclusivos.

- Em seus círculos sociais, inicie conversas sobre antirracismo;
- No trabalho, especialmente se ocupa uma posição de liderança, use sua influência para defender políticas de inclusão e incentivar a participação da equipe em ações e treinamentos antirracistas;
- No Senado, estimule que colegas e suas equipes participem das ações promovidas pelo Comitê de Gênero e Raça e pelo GT de Afinidade de Raça;
- Incentive a realização de cursos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) como o de Liderança para Mulheres Negras e o sobre Racismo Estrutural e Práticas Antirracistas, além de acompanhar as novas formações que o ILB está preparando para capacitar lideranças para a inclusão.

Lembre-se: ser antirracista é uma jornada contínua de aprendizado, ação e autocrítica. Não se trata de declarar "não sou racista", mas de agir ativamente todos os dias para desmantelar o racismo – seu e ao seu redor.

Texto escrito pelo Grupo de Trabalho de Raça do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/dez-acoes-que-pessoas-brancas-podem-fazer-para-diminuir-o-racismo

Por que milito na causa negra



Sou um homem branco, servidor público, técnico legislativo federal. Minha trajetória de vida é marcada por privilégios que reconheço e não nego. Como técnico legislativo, atuo dentro de uma estrutura estatal que, historicamente, reproduziu desigualdades raciais. Reconhecer isso é parte do meu compromisso com a justiça social.

Militar na causa negra, sendo branco, é recusar a neutralidade. É usar minha posição para amplificar vozes silenciadas, é colocar-me em escuta ativa, sem protagonismo, mas sem me omitir, assumindo o papel de aliado. Faço isso movido por fraternidade e, frequentemente, pergunto-me por que tantas pessoas não o fazem ou sequer sentem esse impulso. A empatia parece ser uma faculdade natural e universal, essencial para a coesão social. É o que nos leva a nos importar com os outros, mesmo quando não há interesse direto envolvido.

É o que nos diferencia como humanos: somos capazes de agir guiados por princípios morais e não apenas por vantagens imediatas. Atitudes éticas são movidas mais pelo afeto do que pela razão, e a razão, por si só, é insuficiente para fundamentar juízos morais. Ainda assim, ela nos ensina que os sentimentos são essenciais para a vida comunitária e para a construção de uma ética pública.

É profundamente incômodo e revoltante perceber que ainda vivemos em uma sociedade em que é comum ver pessoas brancas sendo servidas por pessoas negras. Essa cena se repete não apenas em espaços de poder, eventos elitizados ou atividades consideradas sofisticadas, mas também em restaurantes, serviços domésticos e na contratação de trabalhadores braçais. Trata-se de uma realidade que escancara não só a brutal desigualdade de renda, mas também um recorte

racial que revela o quanto o privilégio branco ainda estrutura as relações sociais e econômicas no Brasil.

Saindo dos cânones do pensamento ocidental, recorro à filosofia africana como metalinguagem decolonial. Dentro dessa tradição, o conceito de ubuntu nos ensina: *"Umuntu ngumuntu ngabantu"* – "Eu sou porque nós somos". Essa máxima revela uma verdade profunda: nossa humanidade é inseparável da humanidade do outro. Não há plenitude individual sem o bem-estar coletivo. O sofrimento de um é, de alguma forma, o sofrimento de todos. A alegria de um é a possibilidade de alegria para todos.

Essa visão contrasta com a tradição filosófica ocidental, que, por séculos, privilegiou o indivíduo e o pensar racional em detrimento do viver comunitário e dos afetos compartilhados. O ubuntu nos oferece uma chave decolonial para pensar essas questões. Ele nos convida a desaprender o individualismo e a reconstruir a ética a partir da comunidade, da escuta e da reciprocidade.

Militância, nesse contexto, não é apenas ação política: é relação, presença, cuidado. A empatia não é um sentimento passivo, mas uma prática ativa de transformação. É uma desalienação, o processo pelo qual o branco se liberta da lógica colonial ao reconhecer sua implicação nela e ao escolher combatê-la.

Militar pela causa negra, com base no ubuntu, é afirmar que a liberdade de um povo é a condição da liberdade de todos. É entender que a dor do outro é minha também e que a justiça não se faz apenas com leis, mas com vínculos humanos profundos.

Este pequeno manifesto só existe pelas ações de sensibilização e reflexão promovidas pelo Comitê Permanente pela Igualdade de Gênero e Raça do Senado (Coprig), que atua no enfrentamento das desigualdades estruturais e na promoção de uma cultura institucional mais inclusiva, plural e comprometida com os direitos humanos.

Texto escrito por Erico Zorba, integrante do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/porque-milito-na-causa-negra

“Ponha-se no seu lugar!”



Para mim, há expressões que magoam e há expressões que machucam a alma. Essa é uma das que machucam a alma.

Em um mundo justo e ideal, essa frase poderia significar: “Venha, ocupe o teu lugar, você também tem direito a este espaço.”; “Fale, a tua voz e tuas ideias também são importantes.”; “Seja você do jeitinho que é, porque somos todos iguais em direitos e deveres.”. Porém, não é o que ouço e sinto. O que tantos também ouvem e percebem é bem diferente.

“Ponha-se no seu lugar” é uma reprovação, um decreto de silêncio, uma tentativa de apagar existências. É, para mim, por isso, uma das mais violentas expressões da nossa língua.

A frase não só humilha quem ouve, como também desnuda a pequenez moral de quem a profere. Quem se utiliza dessa expressão arrogante se coloca no alto de um pedestal imaginário; acha-se superior, mais digno, mais legitimado para existir neste mundo do que a outra pessoa – qualquer outra pessoa. É como se gritasse, para toda a gente ouvir: “Você não pertence a este mundo. Este espaço de um metro quadrado onde pisa não lhe pertence, suma-se daqui!” E dói ainda mais porque, quase sempre, essa frase recai sobre as mesmas pessoas minorizadas.

Recai sobre as mulheres, como se o atrevimento em ocupar espaços outrora de maioria masculina fosse uma ofensa.

Recai sobre as pessoas negras (pretas e pardas), como se a cor da pele diminuísse a capacidade intelectual dessas pessoas.

Recai sobre as pessoas LGBTQIAPN+, como se a existência delas fosse uma ofensa ao Criador, como se Ele não as tivesse feito como são.

Recai sobre os colaboradores de baixa hierarquia, como se ter autoridade fosse autorização para humilhar.

Recai sobre os cidadãos pobres que veem seus direitos encolherem diante das "carteiradas" de autoridades.

Recai sobre vozes políticas que apenas procuram debater, mas são caladas não pelos argumentos, mas pela desqualificação da própria existência.

Em uma democracia, essa frase é um veneno. É o oposto da igualdade de direitos; nega o mais básico: ser, estar, falar e existir.

O que mais me entristece não é ouvi-la. É vê-la penetrar – como uma água contaminada – nas mentes e corações das pessoas minorizadas. Quando a humilhação se transforma em crença para essas pessoas. Quando o insulto rouba o destino dessas pessoas.

Mulheres que deixam de sonhar ocupar cargos mais altos porque passaram a crer que "não é o lugar delas". Pessoas negras que deixam de sonhar com um futuro melhor, que deixam de sonhar em frequentar restaurantes chiques, universidades; que deixam de sonhar em vestir togas ou jalecos de médicos porque alguém, um dia, lhes fez crer que "ali não é o lugar de negro". Pobres que deixam os seus direitos "pra lá" porque acreditam que suas vozes não valem o suficiente.

"Ponha-se no seu lugar!". Esta frase não só limita: ela mutila sonhos, cria medo, reduz horizontes, estrangula mundos possíveis. E talvez, por isso tudo, doa tanto. Porque, no fundo, cada um de nós sabe: o lugar de cada ser humano, seja quem for, é onde quiser estar. E ninguém pode dizer o contrário.

Texto escrito por Devair Sebastião Nunes, analista legislativo de TI, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e integrante do mesmo comitê do Senado.

Disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2025/12/ponha-se-no-seu-lugar


SENADO FEDERAL